



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM
PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

MATEUS COSTA DE OLIVEIRA

TEORIA ATOR-REDE E CORTEJO DO DOIS DE JULHO

Salvador

2019

MATEUS COSTA DE OLIVEIRA

TEORIA ATOR-REDE E CORTEJO DO DOIS DE JULHO

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso à Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, sendo requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Tarcisio de Sá Cardoso

Salvador

2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz Martins Lemos

Prof^a. Dra. Natália Moura Pacheco
Cortez

Prof. Dr. Tarcisio de Sá Cardoso

AGRADECIMENTOS

Agradecer, acredito, remete a um endereçamento específico, comumente ligado ao nome de alguém. Certo disso, mas com a certeza de uma memória falha, farei diferente: agradecerei, citando – especificamente até - sem nomes. Espero que entendam.

Eterna gratidão aos meus familiares, em especial: pai, mãe e avó materna. Aos dois primeiros, obrigado pelo apoio diário e pelo esforço para que eu sempre tivesse a melhor educação.

Agradeço, também, ao meu orientador pelo acolhimento e pelas orientações. Sem ele, este trabalho não seria possível.

Das experiências dentro da Universidade, que agradeço e registro, duas foram fundamentais para a minha formação. Ao Programa de Educação Tutorial em Comunicação (PETCOM), que, dentre outras coisas, proporcionou experiências marcantes e fez com que conhecesse pessoas queridas. Muito obrigado.

Ao movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia pela revolução humana e política feita em mim.

Ao bar Omulú do Tempo pelas, incontáveis, cervejas e doses de licor ali bebidas. As conversas e os encontros estão marcados em minha memória.

Por fim, dedico aos amigos e amigas que fiz durante este tempo de universidade. Acompanhado deles, sempre estive melhor.

Resumo

Este trabalho trata de uma leitura latouriana do Cortejo do Dois de Julho, realizado no ano de 2018, na cidade de Salvador, Bahia. Após uma ida a campo e a construção de um relato realizado naquele ano, o Cortejo do Dois de Julho passa a ser compreendido como um fenômeno cultural complexo, composto por atores diversos (humanos e não humanos), de modo que possa ser analisado segundo a Teoria Ator-Rede, formulada por Bruno Latour. Ao longo da análise, tentaremos responder *como o Cortejo do Dois de Julho do ano de 2018 pode ser lido através de um relato feito a partir da experiência de campo e interpretado através da Teoria Ator-Rede?* Assim, mais do que uma resposta categórica para questão, objetivamos produzir uma leitura sobre um fenômeno cultural regional a partir da Teoria Ator-Rede.

Palavras-chave: Cortejo do Dois de Julho; Teoria Ator-Rede; Salvador.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Cruzamento de ruas, manifestantes, ambulantes e civis,2018.....	20
Figura 02	Articulação do Centro Antigo é do Povo, 2017.....	22
Figura 03	Casa caracterizada,2018.....	23
Figura 04	Manifestante pró-intervenção militar, 2018.....	26
Figura 05	Grupo Famílias pela Diversidade, 2017.....	27
Figura 06	Rua ocupada por diversos actantes, 2017.....	41
Figura 07	Cartaz colocado na fachada de uma casa demolida, 2017.....	42
Figura 08	Manifestantes, cartazes, camisas; 2017.....	44
Figura 09	Manifestantes e cartazes com pautas, 2017.....	46
Figura 10	Desfile da Polícia Militar, 2017.....	49
Figura 11	Desfile do Colégio da Polícia Militar, 2017.....	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	UM BREVE HISTÓRICO DO CORTEJO DO DOIS DE JULHO.....	13
3	RELATO DE CAMPO: O CORTEJO DE 2018.....	18
3.1	PRIMEIRO TRECHO.....	18
3.2	SEGUNDO TRECHO.....	24
4	APRESENTANDO A TEORIA ATOR-REDE.....	29
5	ANALISANDO O CORTEJO DO DOIS DE JULHO.....	40
5.1	PRIMEIRO TRECHO: ENTRE ACTANTES E REDES.....	40
5.1.1	UM EMARANHADO DE REDES.....	45
5.2	SEGUNDO TRECHO.....	48
5.3.	A CIDADE COMO UMA GRANDE REDE.....	53
6	CONCLUSÃO.....	56
	REFERÊNCIAS.....	59
	ANEXO A.....	61

1. Introdução

Este trabalho trata de um estudo do Cortejo do Dois de Julho a partir de um estudo de campo realizado durante o Cortejo no ano de 2018, na cidade de Salvador, Bahia. Após uma ida a campo e a construção de um relato realizado naquele ano, o Cortejo do Dois de Julho passa a ser compreendido como um fenômeno cultural complexo, composto por atores diversos (humanos e não humanos), de modo que possa ser estudado segundo a Teoria Ator-Rede, formulada por Bruno Latour. Ao longo da análise, tentaremos responder *como o Cortejo do Dois de Julho do ano de 2018 pode ser lido através de um relato feito a partir da experiência de campo e interpretado através da Teoria Ator-Rede?* Assim, mais do que uma resposta categórica para questão, objetivamos produzir uma leitura sobre um fenômeno cultural regional a partir da Teoria Ator-Rede.

Esta pesquisa começa a ser pensada no 39^a Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), em 2016, dentro do Grupo de Pesquisa Semiótica da Comunicação. Ali, dentre outros trabalhos, assisti apresentações de estudos que tinham a cidade – ou elementos dela – como objeto de análise. Em especial, o trabalho da Profa. Dra. Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa, O Texto Cultural “Minhocão”: semiose e política (2016), que investiga a semiose¹ própria do Elevado Costa e Silva, o “Minhocão”, localizado na cidade de São Paulo. Estimulado e provocado por esse e outros trabalhos, percebi que poderia pesquisar um fenômeno urbano que já há algum tempo me instigava: o centenário Cortejo do Dois de Julho que ocorre, anualmente, na cidade de Salvador, no estado da Bahia.

O interesse em trabalhar com o cortejo parte de uma vivência pessoal que cruza com características do objeto que me provocaram. Quando criança, ia ao cortejo assistir as bandas de fanfarra e militares desfilarem; alguns anos depois, já universitário e ativista do movimento estudantil, passei a frequentar o Dois de Julho dentro dos “blocos” de movimentos sociais. Durante esse período, percebi o quão diverso e complexo o Dois de Julho é: ao longo do seu trajeto (ANEXO A), no que tange aos seus participantes, o cortejo abriga diferentes manifestações cívicas, culturais, folclóricas e militares, além de partidos políticos, movimentos sociais e religiosos; essa pluralidade é

¹ Dentro da semiótica, de maneira geral, é o processo descrito como desencadeador de novos signos e significados.

marcada, por vezes, pelo antagonismo entre seus participantes. Se múltiplo em seus componentes, o trajeto – e a forma como é percorrido – também chamou a minha atenção pela sua variedade: dividido em duas partes, o cortejo conta com uma primeira etapa que é regida pela imprevisibilidade e espontaneidade (típica de manifestações políticas e de festas de rua) que percorre bairros e ruas do centro antigo da cidade; a segunda parte, que perpassa por um importante corredor do comércio popular da cidade, apresenta características recorrentes e previsíveis típicas de um desfile militar. Juntos, ainda que sejam dois trajetos completamente opostos, promovem uma mudança pontual do padrão dos trechos urbanos por onde o Cortejo do Dois de Julho passa. Essas particularidades serão apresentadas e exploradas mais detalhadamente nos capítulos 2 e 3.

Assim, por meio da percepção da transformação do espaço urbano ordinário, da diversidade de grupos presentes no cortejo, das inquietações acerca da reunião destes grupos antagônicos num mesmo espaço me fizeram, inicialmente, delimitar uma pergunta preliminar dessa pesquisa em uma reunião do Programa de Educação Tutorial em Comunicação (PETCOM), do qual fui bolsista. Junto com os outros membros e com o tutor Prof. Dr. Fábio Sadao Nakagawa – que foi o primeiro orientador desta pesquisa –, formulei a seguinte questão: *como se organiza a espacialidade² do cortejo Dois de Julho?* Neste ponto, desconhecia a Teoria Ator-Rede e, obviamente, não a tinha como horizonte teórico dentro da pesquisa que se iniciava.

Com base na recente questão, delimitei uma pequena estratégia metodológica de aproximação do fenômeno, que foi o (1) levantamento de produção bibliográfica e científica que versasse sobre o Cortejo do Dois de Julho; (2) o contato com o órgão municipal responsável pela organização do festejo, a Fundação Pedro Calmon; (3) o mapeamento da cobertura do cortejo daquele ano (2017) na imprensa local e, por fim, a (5) realização de uma pesquisa etnográfica feita no cortejo do ano de 2017 – que, basicamente, resultou em uma catalogação audiovisual de grande parte dos participantes e suas peculiaridades, sejam nas formas como se fazem notar (cartazes e faixas, por exemplo) bem como a diversidade ali presente, além de registros do percurso e do

² Conceito formulado por Lucrécia Ferrara, espacialidade denomina um espaço, não necessariamente físico, no qual a comunicação e a cultura aparecem articuladas nas dimensões históricas, sociais e cognitivas.

entorno urbano. Foram documentados diferentes grupos: agremiações estudantis, sindicais e partidárias; movimentos sociais; manifestações espontâneas da população civil; representações folclóricas; apresentações musicais e a interação do público com aqueles que desfilavam. Os registros foram feitos ao longo de todo o cortejo; iniciando no ponto de concentração, no Largo da lapinha, e terminando na Praça Dois de Julho, popularmente conhecida como Praça do Campo Grande. Ressaltamos que, por não estarmos fincados na Teoria Ator-Rede naquele momento, a pesquisa de campo não foi feita a partir de um olhar latouriano. Nesse estágio, apenas procuramos fazer o maior número possível de registros dos participantes e das ocorrências – que chamaremos mais tarde de controvérsias e associações pela TAR – que nos chamaram atenção durante cortejo.

A aproximação com a Teoria Ator-Rede ocorreu no segundo semestre de 2018, já sob a orientação do Prof. Dr. Tarcisio de Sá Cardoso. Entretanto, como o momento de aproximação da teoria denuncia, o relato de campo do Cortejo do Dois de Julho do ano de 2018 não foi feito nos moldes da Teoria Ator-Rede; tanto a documentação efetuada em 2017 quanto o relato de campo do ano 2018 só foram confrontados através da Teoria Ator-Rede posteriormente, já no momento da análise do cortejo. Por conta disso, o relato no qual este trabalho se baseia não apresenta marcas da Teoria Ator-Rede, mas indícios de quando o fenômeno era encarado sem esse viés teórico ou por qualquer outro. Optamos em não alterar o relato e deixar que, além de ser um registro do cortejo de 2018, também, seja um indício da progressão da pesquisa dentro do próprio trabalho. Outro vestígio da progressão que ressaltamos é a redundância: o tom descritivo do relato também está presente na análise e, em alguns momentos, novos elementos (que estão fora do relato) ou já ditos são reapresentados e mobilizados pelo prisma da Teoria Ator-Rede – caso, por exemplo, do ativista pró-intervenção militar. A repetição, que redundante, é fruto da inexistência da TAR dentro do relato, que faz com que tenhamos que reagregar constantemente os elementos já expostos. A opção em manter o relato como indício deixa inevitáveis marcas ao longo da análise.

Então, após breve recuo contextual sobre como chegamos até a Teoria Ator-Rede, explicaremos de que modo buscaremos responder àquela questão feita no primeiro parágrafo (*como o Cortejo do Dois de Julho do ano de 2018 pode ser lido através de um relato feito a partir da experiência de campo e interpretado através da Teoria Ator-Rede?*). Para respondê-la, ou explicitar este modo de ver o cortejo pela

TAR, a monografia segue o seguinte encadeamento em capítulos: primeiro, há um breve panorama histórico do Cortejo do Dois de Julho; depois, um relato³ de campo do cortejo do ano de 2018; vencida essas duas primeiras etapas de contextualização e ambientação, será feita a apresentação e fundamentação da Teoria Ator-Rede e, logo após, a análise do cortejo, o momento onde o pensamento latouriano encontra o Cortejo do Dois de Julho.

Mesmo seguindo essa sequência, e como não poderia deixar de ser, algumas outras questões surgiram quando começamos a esmiuçar o fenômeno buscando responder a questão principal. Ao longo da análise, por exemplo, vamos levantando os actantes que compõem e as redes que atravessam o Cortejo do Dois de Julho e, por conta desse movimento, algumas questões se impuseram: todo actante, que exerce influência e induz à ação, está presencialmente, *in loco*, dentro do Cortejo do Dois de Julho? Ou, percebendo que os actantes compõem outras redes fora a rede estabelecida pelo cortejo, perguntamos também: todo actante inserido no Cortejo do Dois de Julho está, *necessariamente*, inserido em outras redes? Expressas literalmente como questões ou como impressões dentro do texto, julgamos que essas e outras indagações são confrontações oriundas do desafio de lidar com um conjunto teórico até então desconhecido e, inevitavelmente, pelo encontro da teoria com o objeto; além por estarmos manejando a Teoria Ator-Rede – oriunda dentro dos estudos que miravam as “ciências duras” – dentro do campo da cultura. E mais, se objetivamos fazer uma leitura do Cortejo do Dois de Julho através da Teoria Ator-Rede, questões secundárias que tentam articular o objeto escolhido com a teoria são etapas necessárias e que estruturam o argumento para que, enfim, possamos chegar ao objetivo principal deste trabalho: produzir uma leitura do Cortejo do Dois de Julho através da Teoria Ator-Rede.

As questões secundárias dialogam e surgem conforme a organização do capítulo de análise, que está dividida em dois momentos segundo os trechos do Cortejo do Dois de Julho, respectivamente: uma primeira parte, instável e imprevisível, onde o teor do discurso político direto é predominante e, na segunda parte, a análise se volta para o momento final, onde há uma previsibilidade das ações e dos participantes que protagonizam esse momento. Mais detalhes, tanto sobre a diferença dos dois percursos

³ Apesar de o relato ter o ano de 2018 como foco narrativo, a experiência em campo do ano anterior também aparece no texto como um indicador comparativo ou para evidenciar alguma nova ocorrência daquele ano.

quanto características mais apuradas, aparecem tanto no capítulo 2 quanto no própria análise, capítulo 5.

As questões que são apresentadas manejam a Teoria Ator-Rede com as diferentes características desses dois trechos e, também, estimulam a construção do olhar através da TAR que buscamos. Ao fecharmos este modo perceber o cortejo, constatamos o quão desafiador é estudar um fenômeno tão dinâmico e, como sua própria história acusa, mutável. A parte final – uma análise que mobiliza o relato apresentado e que constrói o seu próprio – marca esta percepção: o analista social tem em sua frente um dinamismo pode ser capturado, pontualmente, e explorado dentro do relato.

2. Um breve histórico do Cortejo do Dois de Julho

Com quase dois séculos de história, o cortejo do Dois de Julho surge como uma celebração à expulsão das tropas portuguesas da Bahia, em 1823, após dezoito meses de conflito pela independência. Diferente do restante do Brasil, a Bahia é marcada por uma ruptura conflituosa com Portugal, com batalhas tanto na capital quanto no interior. O cortejo da primeira festa popular da Bahia oitocentista nasce de forma espontânea e popular, celebrando a conquista baiana:

Segundo Manoel Raimundo Querino, os primeiros Dois de Julho também tinham seus aspectos populares. Patriotas resolveram homenagear a restauração de Salvador, em 1824, com uma entrada cidade. Uma carruagem ou carreta (capturada na Batalha de Pirajá) foi decorada com folhas de café, fumo, cana-de-açúcar e, especialmente, o croton verde-amarelo; um velho mestiço foi colocado nela como símbolo vivo da nação brasileira. Assim improvisado, o carro alegórico foi levado da Lapinha nas imediações da cidade, à maior praça do centro, o Terreiro de Jesus, percorrendo o mesmo caminho das tropas patrióticas. O desfile foi repetido em 1825 e 1826, quando nele se destacou um novo carro alegórico com uma estátua de um índio, o *caboclo*, vestido de penas e portando arco e flecha, pisando a tirania, representada por uma serpente. Para não deixar dúvidas quanto ao sentido da alegoria, o caboclo está matando a serpente com uma lança, enquanto segura o pavilhão nacional na mão esquerda. (KRAAY, 1999, p. 08)

Como pontuado por Kraay a partir de estudos de Raimundo Querino, o primeiro ponto de concentração – e que ainda permanece como tal –, o largo da Igreja da Lapinha, fica localizado no eixo inicial de ocupação urbana de Salvador. O templo católico fora fundado em 1781 e, rapidamente, sua praça passa ser usada por Ternos de Reis⁴, que saiam de diversos pontos da cidade, para ali celebrarem e festejarem. Além de ser lido como um local para realização de festejos, a Lapinha demarcava o final da zona urbana, que dava acesso ao recôncavo e, conseqüentemente, ao sertão baiano. Por essa ligação entre a cidade e o interior, chamada Estrada das Boiadas, as tropas, que subjulgaram a dominação portuguesa, a utilizaram tanto para ir ao combate quanto

⁴ Com referência na liturgia católica e de origem portuguesa, Ternos de Reis são pequenos grupos – ou apenas canções – de músicos que fazem menção à história bíblica dos Três Reis Magos.

como palco do retorno vitorioso. Hoje, a antiga Estrada das Boiadas, chama-se Estrada da Liberdade, principal avenida do bairro homônimo.

Uma vez reunida o maior número de pessoas no largo, o cortejo inicia seu trajeto. O percurso, entretanto, foi ampliado ao longo dos anos. Inicialmente, o cortejo ia do Largo da Lapinha até o Terreiro de Jesus, que era a principal praça da capital baiana do século XIX, passando pelo Largo da Soledade, Rua Fonte de Santo Antônio, Rua dos Perdões, Largo da Quintandinha, Praça Barão de Triunfo, Carmo e, findando, no Pelourinho. O aumento desse trajeto iniciaria a partir de uma discussão sobre a necessidade de um monumento que fizesse ode ao processo de libertação do domínio português:

Assembleia Provincial de 24 de maio, assinada pela direção dos festejos comemorativos em 16 de maio de 1876, dirigida por José Luiz de Almeida Couto. Nessa reunião, é relatada, pelo governo, a necessidade do reconhecimento público ao 2 de Julho, expresso em monumento, como [...] a França com seu Arco do Triunfo e sua gigantesca coluna de Vendôme. E justifica: ‘os monumentos dos acontecimentos com a História’. (MARTINEZ, 2000, p. 113)

Como relata Martinez (2000), muitos lugares dentro da cidade de Salvador foram pensados para receber a homenagem, como, por exemplo, o Campo dos Mártires (hoje conhecido como Campo da Pólvora) que contou com um cerimonial de colocação de uma pedra, em 1881, em referência ao Dois de Julho. Entretanto, só em 1895 é inaugurado o monumento do caboclo na Praça Dois de Julho – atualmente, mais conhecida como Campo Grande – que, em seus trajes indígenas, subjulga a serpente da tirania; representação fiel do ufanismo e da busca por uma identidade nacional no período.

Uma vez inaugurando o monumento, ficou evidente que a figura do caboclo, dentre outros personagens, é o símbolo maior do cortejo e do espírito histórico que ronda a independência da Bahia. Como pontuado por Kraay (1999), o caboclo, em seus trajes indígenas, subjulga a serpente da tirania, projetando, assim, uma imagem nacionalista. Entretanto, o antagonismo criado pelo caboclo – ou aquilo que ele representa – ao domínio e a cultura lusófona seriam alvos da interferência e da

influência portuguesa, latentes no recente Brasil monárquico. A criação da cabocla⁵, figura posterior e que acompanha o caboclo atualmente, é fruto dessa interferência:

[...] sempre foi uma festa de debate e de contestação. No começo, havia aqueles que eram resistentes, queriam por limites à Independência do Brasil que, às vezes, era o próprio governador. Tivemos um governador português que colaborou com a festa sem querer. Ele quis substituir o caboclo por uma cabocla. Ele estava muito irritado com aquela coisa. [...]. Aí, então, vamos trocar, botar uma cabocla, coisa mais suave. Muitos portugueses aqui se casaram com caboclas etc. O povo não aceitou. Pegou o carro da cabocla e associou também ao do caboclo. Resultado: casaram-se, na visão do povo, como um casal sagrado, um casal divino, símbolos da nossa liberdade (SERRA, 2012, p. 16).

O recém-inaugurado monumento é integrado ao cortejo e o trajeto da Praça Municipal, Praça Castro Alves, São Bento, Piedade, Avenida Sete de Setembro, Forte de São Pedro é acrescentado para ligar o antigo percurso ao novo marco do Cortejo do Dois de Julho. A incorporação de uma nova rota não muda somente a dimensão percorrida, mas altera a configuração e dinâmica do cortejo:

Com a inauguração do monumento do Campo Grande, muda o desfile. Pode-se dizer que a festa se divide em duas. Uma de caráter popular, coordenada pela comissão de festejos, e outra oficial, cuja responsabilidade e liderança é do poder público. (MARTINEZ, 2000, p. 124)⁶

A herança desta nova organização é perceptível e permanece até os dias atuais: em um primeiro momento ocorre o desfile de movimentos sociais, partidos políticos, fanfarras, movimentos religiosos e qualquer outra agremiação que ali queira se inserir – de tal forma que passa ao largo da organização da Fundação Gregório de Mattos⁷, instância municipal responsável por organizar o Dois de Julho. Esses percorrem o

⁵ Não conseguimos precisar o ano.

⁶ Apesar de a citação dizer que sim, não conseguimos precisar se a mudança – a criação não intencional de dois momentos no festejo – ocorreu já no ano da inauguração da praça ou em anos seguintes.

⁷ Em contato com a fundação, em 2017, nos foi confirmado o descontrole da entidade sobre quem participava ou não da primeira parte do cortejo do Dois de Julho.

trajeto do centro antigo até o Terreiro de Jesus. Em uma segunda etapa, é realizada a parte final do cortejo, onde ocorre o desfile de militares, escoteiros, fanfarras (em número superior a da primeira parte) e, por fim, é conduzido as esculturas do caboclo e cabocla até o monumento do Campo Grande, onde, já há alguns anos, é realizado um cerimonial de fechamento pelo poder público. Neste segundo momento, foi observado por nós que o caráter interativo e espontâneo da primeira parte é suprimida por uma ordenação institucional; evidenciando, assim, dois diferentes momentos e maneiras que o festejo é composto.

Se hoje há um conflito entre organização oficial e a participação popular espontânea, é preciso entender como surge a primeira e seus desdobramentos históricos. Já com doze anos desde a realização do primeiro cortejo, é criada a “Sociedade Dois de Julho” por Augusto Cassiano Pereira e outros patriotas baianos. A associação, além de planejarem a realização dos cortejos, foi responsável pela criação de um dos símbolos da data: o Pavilhão do Dois de Julho, localizado na Lapinha. Originalmente, as estatuas do caboclo e da cabocla ficavam guardados em barracões na Rua Maciel de Baixo (Pelourinho), entretanto, em 1871, por iniciativa da “Sociedade Dois de Julho”, foi inaugurado o pavilhão onde ficariam guardadas durante o transcorrer do ano que antecede os festejos:

Inicialmente o espaço destinado a esse fim vai ser uma casa alugada na Rua Maciel de Baixo, no Pelourinho. O carro, o caboclo, a cabocla, a cabocla, durante um bom tempo serão então armazenados lá, até que a persistência da tradição da festa em manter o seu ponto de partida sempre no Largo da Lapinha mobiliza a Sociedade Dois de Julho para a arrecadação de recursos destinados a compra de um imóvel, de um abrigo definitivo, no mesmo Largo. Isto vai acontecer por volta de 1859, 1860, quando se compra esse imóvel no Largo da Lapinha, sendo que as obras para a sua construção-adequação, visando o armazenamento do carro do caboclo e da cabocla, se prolongam por cerca de onze, doze anos, ou seja, até 1871. (CARDOZO, 2012, p.11)

Após a Sociedade Dois de Julho, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia foi o primeiro órgão público a gerir a organização dos festejos. Atualmente⁸, cabe a Fundação Gregório de Mattos – que cumpre a função de secretaria de cultura do município –

⁸ Não conseguimos precisar desde quando a fundação cumpre esta função.

planejar e gerenciar o Cortejo do Dois de Julho; e a manutenção do Pavilhão do Dois de Julho fica por conta do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

Passados quase dois séculos de festejos, o desfile do Dois de Julho ainda se constitui um espaço de visibilidade muito procurado, sobretudo, por movimentos sociais e partidos políticos. Muitos percebem este espaço, a primeira parte do cortejo, como um chamariz para suas agendas e um espaço de demarcação político, além de agregar manifestações espontâneas e pontuais.

3. Relato de campo: o cortejo de 2018

3.1. Primeiro trecho

Ir ao Cortejo do Dois de Julho deste ano envolveu, diferente de outros anos, mais apreensão. Por ser um feriado estadual, a data impôs uma frota reduzida de ônibus e, agravando a situação, também ocorreu a partida entre as seleções do Brasil e do México pelas oitavas de final da Copa do Mundo⁹ às 11h. Uma espécie de mistura entre data cívica e “feriado nacional.” Era, de fato, uma manhã atípica para aqueles que decidiram ir ao cortejo.

Às 06h37, estava no ponto de ônibus. Atrasado, perdia a cerimônia religiosa do *Te Deum* na Igreja da Lapinha, às 06h30, que homenageava a arquiteta e historiadora Socorro Martinez, e a alvorada de fogos no largo da igreja, que ocorreu mais cedo às 06h. Se o Iguatemi – Barbalho (0102-00) passasse rápido, não perderia o hasteamento das bandeiras com as autoridades locais e conseguiria acompanhar o desfile desde o seu início. Entretanto, a espera pelo ônibus foi ansiosa. Após vinte minutos aguardando, decidi abandonar o meu posto e seguir por um caminho alternativo para chegar no Cortejo do Dois de Julho. Parto, então, para a Estação da Lapa.

A Estação da Lapa, que fica localizada no bairro dos Barris, pareceu ser a melhor escolha: além de estar mais próximo do Largo da Lapinha, ponto inicial do cortejo, haveriam mais opções de ônibus nas proximidades. Cheguei na estação e saí por uma das entradas que desembocam na Avenida Joana Angélica e esperei ali um novo ônibus. Sentado entre o Convento da Lapa e o Colégio Central, lembro que a freira que dá nome avenida compõe o elenco de personagens históricos da independência da Bahia e do cortejo do Dois de Julho. Em tempos de conflitos com os portugueses, a freira pagou com a vida a recusa em deixar que os lusos entrassem no convento. Hoje, a avenida faz parte de um dos corredores de comércio popular da cidade.

Entre divagações, vi que já eram mais de 07h e que não estava passando nenhum ônibus

⁹ Copa do Mundo FIFA ou Campeonato Mundial de Futebol FIFA foi um torneio, realizado entre 14 de junho a 15 de julho de 2018, na Rússia, de futebol masculino que contou com a participação de 32 seleções de diferentes países.

já há alguns minutos. “Será que os ônibus que passam pelo centro já foram recolhidos por conta da festa?” pensei. O medo de atrasar ainda mais só crescia. Decidi ir à pé o restante do caminho, movimento já feito por mim em anos anteriores. O percurso, que deve ter durado entre 25 e 30 minutos, cruzou o bairro de Nazaré até o início do Barbalho. Já perto do Forte do Barbalho, vi pessoas vestidas com camisas de sindicato que, acredito, também estavam caminhando rumo ao cortejo, além de pequenos grupos de fanfarras que ensaiavam e davam um ambiente sonoro de festa para aquela manhã. Continuei caminhando já com a sensação de que o Dois de Julho havia iniciado.

Passei pelo forte e segui pela Rua Emídio dos Santos até chegar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA). A partir daquele ponto, a rua começava a ser bloqueada e a concentração de carros estacionados e de pessoas que caminhavam para o cortejo aumentou consideravelmente. Mais à frente, no encontro da Rua Emídio dos Santos com a São José de Cima, tive uma infeliz surpresa: vejo que o cortejo já estava ali. Havia perdido o início no Largo da Lapinha e uns cem metros de percurso. Por sorte, quando vi as duas carruagens que levavam o Caboclo e a Cabocla, que são a ponta inicial do fio condutor que puxa o restante do cortejo, percebi que havia perdido o transcorrer da Lapinha até aquele ponto, mas que ainda poderia acompanhar o restante do percurso e que ainda poderia ver os demais componentes que participavam da festa. Como ainda era cedo, talvez um pouco depois das 08h, também fiquei surpreso com a pontualidade do cortejo. Em anos anteriores, neste mesmo horário, teria conseguido acompanhar o Cortejo do Dois de Julho desde o seu o início. Talvez, por conta do jogo entre Brasil e México que ocorreria em poucas horas, o início e término da primeira parte do trajeto do cortejo – Largo da Lapinha (Liberdade) até o Terreiro de Jesus (Pelourinho) – tenha sido mais pontual e com um ritmo mais acelerado.

Interrompi a caminhada, me posicionei no encontro das duas ruas e comecei a observar o cortejo. Aproveitei para já começar fotografar e gravar alguns vídeos com o celular. Depois de alguns minutos, decidi sair do ponto onde estava (que era um local estreito e com muita gente) e me posicionar em algum lugar mais amplo que ajudasse na observação do cortejo. Lembrei-me de um determinado trecho, próximo a Lapinha, onde a rua é mais larga e que possibilitaria uma melhor apreciação. Saí de onde estava e comecei a me direcionar para lá andando no sentido contrário do fluxo das pessoas que já acompanhavam o cortejo. Segui pela Rua São José de Cima até a esquina com a

Ladeira da Soledade. Durante o percurso, fiz uma segunda constatação: além da inesperada pontualidade, vi que o cortejo estava com menos gente também. Esse movimento de ir contra o fluxo, em outros anos, seria muito mais difícil. Aparentemente, o jogo do Brasil fez com que as pessoas que costumam participar da data cívica optassem em não ir.

Ali parado, entre as duas ruas, comecei a observar o cortejo passar. De imediato, vi o que geralmente se vê nos Dois de Julho: um reflexo da conjuntura política de diferentes maneiras, seja ela municipal, estadual ou nacional. Um homem vestido de árvore se equilibrado em “pernas de pau” com uma pequena placa pendurada no pescoço que dizia “Não [ao] BRT” (obra de infraestrutura proposta pelo município) e as inúmeras pessoas que se manifestavam, coletivamente ou em caráter individual, pela liberdade do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva foram exemplos bem nítidos disso. Além, claro, de grupos que traziam diferentes pautas, como os partidos políticos, e também aqueles que foram criados para ocupar aquele espaço especificamente, como a campanha “2 de Julho em Defesa da Ciência” promovida pela Academia de Ciência da Bahia.

Figura 01 – Manifestantes, ambulantes e civis usando camisetas da seleção brasileira, 2018



Ainda fotografando o que estava ao meu redor, fiz uma terceira constatação. No cortejo do ano de 2017 também fotografei, mas com uma câmera profissional, uma DSLR da Canon. E, com ela, pra onde mirava, as pessoas correspondiam. Paravam, posavam, estendiam os cartazes que carregavam e conversavam, geralmente para saber onde poderiam obter a foto que havia sido feita. Até os transeuntes respeitavam e não

passavam na frente da câmera enquanto a foto não fosse finalizada. Entretanto, neste ano que fotografei usando a câmera de um celular, me tornei mais um na multidão que registrava o cortejo com esse tipo de aparelho. Não houve mais o interesse dos participantes em interagir comigo, além de ter o ângulo roubado por quem atravessou a foto de maneira inesperada.

Naquela nova posição, esperei e continuei observando o cortejo. Vi que o meu novo local também era ponto de concentração da Articulação do Centro Antigo de Salvador, “entidade” que concentra diferentes grupos organizados do centro antigo de Salvador. Presentes desde o ano passado com o mote “O Centro Antigo é do Povo” – quando ainda não eram entidade, mas apenas uma junção de diferentes atores em uma primeira aparição dentro do cortejo –, este ano participaram do cortejo entoando que “cidade ocupada, cidade viva.” Apesar de estarem em menor número, pelo menos na concentração, os participantes da articulação mantinham sua irreverência intrínseca; afinal, em uma livre interpretação, a Articulação do Centro Antigo de Salvador é metalinguístico: uma entidade, composta por atores decorrentes da urbanização da cidade, que lança para debate *uma parte histórica da cidade* dentro de uma manifestação centenária que percorre ruas do próprio centro histórico.

Em seu primeiro ano no cortejo, a Articulação do Centro Antigo congregou os Artífices da ladeira da Conceição da Praia, Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, Movimento Sem Teto da Bahia (MTSB), Movimento Nosso Bairro É Dois de Julho, Coletivo da Vila Coração de Maria, Centro Cultural Que Ladeira é Essa?, Associação de Amigos e Moradores do Centro Histórico (AMACH) e Associação dos Moradores da Chácara Santo Antônio. Mesmo havendo unidade dentro da Articulação do Centro Antigo, era perceptível a individualidade de determinada organização quando, por exemplo, havia a manifestação de alguma opinião direcionada e “assinada”: uma faixa, com o logotipo do “Centro Cultural que Ladeira é essa?”, que dizia “ACM Neto, você não engana o povo da Ladeira da Preguiça! Chega de Porrada e Expulsão!” Neste ano, a pauta geral, “cidade ocupada, cidade viva”, se misturou com manifestações individuais novamente, como uma participante que carrega um pequena placa com a frase “sem mulher, não há política.”

Figura 02 – Articulação O Centro Antigo é do Povo, 2017



Continuei no início da ladeira da Soledade e vi as diversas entidades passarem: SINDCOTELBA (Sindicado dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos do Estado da Bahia), Frente Brasil Popular, SINDMOTO-BA (Sindicato dos Mototaxista da Bahia), Partido Novo e outras que por ali circularam também. Após uma breve chuva que desacelerou a progressão do cortejo por um momento, resolvi sair da posição estática de observador e me incorporar ao cortejo.

Por não estar seguindo ou participando de algum grupo específico, caminhei de forma dinâmica. Andei, parei, voltei e costurei um caminho nada linear dentro do cortejo. Movimento diferente do ano passado, onde procurei registrar o número máximo de participantes e que me levou, conseqüentemente, a ficar parado em determinados lugares por longos períodos.

Com a postura mais observadora, tentei reparar um pouco mais no meu entorno: como as ruas, as casas e seus moradores estavam interagindo com a data. Vi algumas manifestações tímidas e dúbias nas casas que fazem fronteira entre os bairros da Liberdade e do Barbalho que me chamaram a atenção. Afinal, uma bandeira do Brasil em uma sacada fazia referência ao jogo do Brasil (ou a Copa do Mundo) ou era uma manifestação patriótica dentro do feriado da independência da Bahia? Ou ambos?

Figura 03 - Casa caracterizada, 2018



Entretanto, outros adornaram suas casas de maneira mais chamativa, dialogando com a data diretamente. Apensar de ser um costume histórico dentro da festa, a caracterização das casas deste ano foi estimulada pela prefeitura, que premiaria em dinheiro a “melhor” fachada através da Fundação Gregório de Mattos. A meu ver, a ação da administração municipal – que está sob a gestão do prefeito Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto do partido Democratas – contribuiu para que os moradores adornassem suas casas. Curioso lembrar que, no ano de 2017, a prefeitura se viu em meio a um desgaste público por conta das próprias fachadas do cortejo: por meio de uma nota, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) informou aos moradores que, caso exibissem publicidades ou mensagens nas fachadas, poderiam ser multados e terem o material exposto recolhido. À época, o fato gerou repercussão na mídia e posicionamentos contrários entre moradores da região.

O local onde vi a maior parte dessas casas caracterizadas de maneira mais marcante foi fora do eixo Liberdade-Barbalho, já entrando no bairro do Santo Antônio Além do Carmo. Além das casas, a passagem de bairros já alterou a minha percepção sobre a festa.

A primeira coisa de diferente que se percebe na troca de bairros é a mudança da textura de onde se pisa. A passagem do calçamento de asfalto para o de paralelepípedo é

marcante. Ali, a rua se estreita e o colorido dos casarões típicos do Santo Antônio começa a ficar mais evidente. O bairro foi sinônimo de término da festa para muitos, que se agruparam nos bares e restaurantes que fervilhavam de pessoas; enquanto alguns grupos mantiveram o percurso até o Terreiro de Jesus. E pelo que vi, muitos procuraram esses espaços para assistir ao jogo da seleção brasileira. Essa concentração de pessoas ao longo do Santo Antônio me lembrou, também, as festas de largo (celebrações mais estáticas que, diferente de um cortejo, não pressupõem movimento que cruza bairros) que são tão típicas em Salvador.

Ao chegar no Terreiro de Jesus, percebi que a primeira parte do cortejo havia terminado. O clima no local era de dispersão. Os participantes que não ficaram ao longo do caminho, foram para o Largo Quincas Berro D'Água (Pelourinho), local onde seria transmitido o jogo da seleção brasileira. No fim da primeira parte do cortejo, dentro da praça Terreiro de Jesus, vi um encontro de dois tipos no Pelourinho: aqueles que estavam ali por conta dos festejos do Dois de Julho e outros que se dirigiam ao Pelourinho para assistir o jogo no largo, alheios a comemoração do Corte do Dois de Julho. Distinguíveis por uniforme: os últimos com camisas da seleção, e os primeiros em um colorido mais diverso. Findada a primeira parte, restava aguardar o fim do jogo do Brasil e o início da segunda parte do cortejo.

3.2. Segundo Trecho

Após o fim da primeira parte, o caboclo e a cabocla foram posicionados na pequena Praça Thomé de Souza, espaço que se forma do encontro entre a Câmara e Prefeitura Municipal, Elevador Lacerda e Palácio Rio Branco. Tradicionalmente, as esculturas ficam ali até que o segundo momento do cortejo inicie. O cortejo retomaria às 14h, pela programação oficial.

Ao chegar no Terreiro de Jesus, procurei um lugar para poder assistir ao jogo. O Largo Quincas Berro D'Água (local onde o jogo foi transmitido) estava completamente lotado e com uma desanimadora fila para poder entrar. Os bares estavam igualmente cheios. A solução que encontrei foi ficar ao lado de um taxi que estava, com o volume do som bem alto, sintonizado em alguma estação que transmitia o jogo. Parado na Praça Thomé de Souza ouvindo a partida, primeira vez que escutei um jogo sem vê-lo, fiquei ao lado das carruagens dos caboclos e pude perceber um fenômeno que se repete em

algumas festas populares na cidade: grupos de homens e mulheres – que julgo serem de alguma religião de matriz africana – estavam vendendo “banhos de pipoca” e “passes” ao redor das carruagens. Também pude acompanhar a concentração de alunos do Colégio da Polícia Militar (Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim) que ia se formando na praça.

Com o fim do jogo, tanto a concentração dos alunos do CPM aumentou quanto de outros grupos e pessoas que participaram daquele segundo momento. Progressivamente, mais pessoas chegaram. E quanto mais a concentração aumentou, mais eu percebi o quão o festejo é diverso em si: se no primeiro trecho do cortejo havia um teor mais político mais nítido (com partidos, políticos, coletivos e associações de classe), o segundo já lembrava uma manifestação mais patriótica – como os desfiles que ocorrem na data da independência do Brasil – que conta com bandas de fanfarra e a presença das forças armadas. É mais perceptível, também, o acompanhamento de equipes da prefeitura que cuidam da organização do desfile – que também estão presente na primeira parte, só que de maneira mais branda – e que acaba impondo uma característica mais institucional ao momento.

Circulei pelo pequeno espaço entre a Praça Thomé de Souza e a Praça da Sé no intervalo antes do cortejo reiniciar. Ao lado do Palácio Rio Branco, vi um pequeno grupo que reivindicava a intervenção militar no Brasil. Não sei se haviam participado da primeira parte do cortejo ou se apenas ocuparam aquele ponto específico. Com alguns cartazes, camisas e uma pequena caixa de som, conclamavam a intervenção militar no País. Curioso, me aproximei para filmar um dos manifestantes que estava falando através de uma caixa de som e que causava certa agitação nas pessoas do entorno. Ao me ver, o ativista diz: “posso te falar uma coisa?”. Aceno positivamente com a cabeça, e ele continua: “o fato de você está defendendo um ladrão e eu defendendo a pátria, não nos torna inimigos! Que fique claro!”, fazendo referência a camisa que vestia que trazia o rosto do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Então, militantes do Partido dos Trabalhadores – alguns que, inclusive, fazem parte do mandato da vereadora Marta Rodrigues (PT) –, se aproximaram e começaram a questionar o ativista sobre “o porquê de Lula ser ladrão.” O que se seguiu foi um pequeno debate caótico registrado pelo meu celular.

Apesar de surpreso com a cena que ocorreu, não era a primeira vez que via esse tipo de pauta dentro do cortejo. No ano de 2017, também fiz alguns registros fotográficos da presença de ativistas pró-intervenção militar, por coincidência, no mesmo local onde encontrei os que reivindicavam no ano de 2018. Posteriormente, olhando os registros que fiz de ambos cortejos, vi que o militante que me interpelou estava presente tanto em um quanto no outro.

Figura 04 - Manifestante pró-intervenção militar, 2018



Continuei nas proximidades da Praça Thomé de Souza até que o cortejo iniciasse. Desta vez, consegui acompanhar o cortejo desde o seu início e adotei uma perspectiva de observador, ficando parado um longo tempo olhando o cortejo e o entorno. Inicialmente, duas coisas me chamaram a atenção: o maior número de famílias presentes – talvez, por conta da presença dos alunos dos colégios militares – e o número razoável de pessoas vestidas com a camisa do uniforme seleção brasileira que observavam o cortejo; demarcando bem que havia ocorrido o jogo naquele dia. Ali, parado na entrada da Rua Chile, vi como o segundo momento do cortejo tem um apelo maior entre as famílias.

Uma vez iniciado o cortejo, percebi como os dois momentos são essencialmente distintos. Diferente da segunda, a primeira parte apresenta uma dinâmica e singularidade maior. Há espaço para o novo e, principalmente, o conflito entre opostos. Como não há um controle completo, ou veto de quem possa participar, ocorre o encontro entre grupos essencialmente antagônicos. Em 2017, pude ver e registrar como

o Partido Novo, Movimento Brasil Livre e grupos de esquerda, que entoavam “Fora Temer!”, conflitaram dentro do cortejo. Pelo que pude observar, o conflito ocorre tanto diretamente quanto indiretamente: mesmo que haja embates diretos entre grupos, a reunião de polos tão distantes e diversos explicita a diversidade e, em alguns momentos, a divergência sobre determinadas pautas.

Foi interessante notar, também, que os grupos da primeira parte – em sua maioria movimentos sociais, partidos e sindicatos – se fazem presentes dentro do cortejo de um modo parecido como ocupam espaços mais rotineiros de sua atuação, como as manifestação de rua de caráter “reivindicatório”. Modos e objetos que transitam nesses espaços também estão aqui: camisetas, faixas, cartazes, megafones, caixas de som, coreografias e cânticos.

Figura 05 – Grupo Famílias pela Diversidade, 2017



Na segunda parte, pelo o que observei, a formatação e programação do que irá ocorrer é intrínseca ao momento; não há algo novo ali, não no sentido de estar incluso ou não, mas algo que fuja do padrão de um desfile militar. O que vi no ano de 2018, não foi diferente do que observei em anos anteriores. É um momento mais estabilizado e onde não há conflito, já que não há heterogeneidade ideológica e aqueles que participam não apresentam temas ou pautas, apenas desfilam. Há uma homogeneidade das ações previsível e calculada.

Uma vez iniciada a segunda parte, o cortejo seguiu pela Rua Chile, atravessou a

Praça Castro Alves e adentrou o seu maior intervalo, a Avenida Sete de Setembro. Nela, procurei registrar a maneira como os componentes do cortejo ocupavam aquele espaço. Os setores militares e da polícia seguiam em marcha silenciosa, que era quebrada pelas fanfarras e bandas militares e por “gritos de guerra” entoados por grupos dos colégios militares. Para além desses, ao redor das carruagens dos caboclos, havia uma série de homens e mulheres caracterizados de “caboclos” que executavam uma coreografia seguida de alguns cânticos. Além de filmar, também procurei registrar o ambiente sonoro através do gravador de áudio do celular.

Dessa maneira, o cortejo seguiu até a Praça Dois de Julho (comumente chamada de Campo Grande). Lá, a bateria do meu celular descarregou e não pude mais fazer nenhum tipo de registro. Mesmo sem documentar, observei que a chegada ao Campo Grande seguiu a normalidade de outros anos: as carruagens foram postas ao lado do monumento central da praça – que faz ode à independência da Bahia através da escultura do caboclo –, os diversos participantes do cortejo iam se acomodando ao longo da praça (que já reunia uma grande quantidade de observadores que não necessariamente tinham participado do segundo momento do cortejo), o fogo simbólico foi aceso e ocorreu a solenidade com o prefeito e governador do estado¹⁰. Além disso, ocorreu um concerto de filarmônicas na praça após a solenidade. E mesmo com o fim institucional da festa, ainda era grande o número de grupos de fanfarras que percorriam a Avenida Sete rumo ao Campo Grande.

¹⁰ Respectivamente, Antônio Carlos Magalhães Neto (Democratas) e Rui Costa (Partido dos Trabalhadores).

4. Apresentando a Teoria Ator-Rede

Para introduzirmos a Teoria Ator-Rede¹¹, partiremos do elemento mais básico deste conjunto de ideias: a percepção do que para, Bruno Latour, é o *social*. Se conseguirmos explicitar de maneira clara o “conceito” de social, poderemos, então, apresentar a Teoria Ator-Rede (ANT¹²) e adensar seu vocabulário teórico. Em síntese, com esta breve introdução, queremos que o leitor perceba a ANT para além de uma teoria, mas como um aviso “sobre *como* estudar as coisas, ou antes, sobre como *não* estudá-las (...) sobre como conceder aos atores espaço para se expressarem” (Latour, 2008, p. 206, grifo do autor) – como nos adverte Latour em um suposto diálogo entre um aluno hesitante e um professor que tenta evidenciar a teoria. Para tanto, teremos como pilar o livro *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede* (2012), onde há uma tentativa de apresentação da teoria pelo próprio autor, e de trabalhos que versem sobre este conjunto de ideias. Tentaremos dar ao leitor as lentes que revestem a ótica latouriana.

Em *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede* (2012), Bruno Latour inicia a sua argumentação do que seria o social lançando uma crítica e contrapondo duas maneiras do fazer sociológico; há uma primeira, tradicional e que é criticada, que utiliza “o adjetivo social a um fenômeno qualquer, aludem a um estado de coisas estável, a um conjunto de associações que, mais tarde, podem ser mobilizados para explicar outro fenômeno” (LATOURE, 2012, pág.17). Sobre essa primeira abordagem que utiliza o “social” como uma ferramenta metodológica explicativa,

¹¹ “Estudos sociológicos dedicados especificamente à tecnologia tem como raiz comum a Sociologia do Conhecimento — e mais especificamente a Sociologia do Conhecimento Científico (estudos da ciência) — e a história da tecnologia (Bijker, 2010). Mas um marco nesta tradição é uma workshop internacional realizada em 1984 na Universidade de Twente, Holanda, que gerou a publicação do livro “The Social Construction of Technological Systems”, organizado por Bijker e Pinch. Aquele evento pioneiro selou o desenvolvimento de perspectivas referenciais para o estudo da tecnologia no âmbito da Sociologia: Construção Social da Tecnologia (também conhecida por SCOT), Teoria Ator-Rede (ANT) e Sistemas Tecnológicos de Grande Escala (LTS).”(PRIMO, 2012, p. 07)

¹² Apesar da expressão *Acto- Network Theory* estar traduzida para Teoria Ator-Rede, ao longo do texto, a sua abreviação aparecerá como ANT ou, quando dentro de alguma citação, como TAR. Em nosso texto, seguimos a normatização estabelecida pela edição brasileira de *Reagregando o Social: uma introdução à teoria Ator-Rede* (2012) publicada pelas Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) e Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC).

denominada por ele de sociologia do social, o autor continua:

A primeira solução foi postular a existência de um tipo específico de fenômeno chamado por vários nomes: “sociedade”, “ordem natural”, “prática social”, “dimensão social” ou “estrutura social”. No último século, durante o qual foram elaboradas teorias sociais, era importante distinguir esse domínio da realidade de outras esferas como economia, geografia, biologia, psicologia, direito, ciência e política. Um dado traço era considerado “social” ou “inerente à sociedade” quando apresentava, por definição, propriedades específicas, algumas negativas – não devia ser “puramente” biológico, linguístico, econômico, natural; e outras positivas – devia compor, reforçar, exprimir, preservar, reproduzir ou subverter a ordem social. Uma vez definido esse domínio, ainda que de maneira vaga, podia-se usá-lo para lançar alguma luz sobre fenômenos especificamente sociais – o social esclarecendo o social – e fornecer uma explicação qualquer para aquilo que escapava aos outros domínios: um apelo a “fatores sociais” elucidaria os “aspectos sociais” de fenômenos não sociais. (LATOURET, 2012, p.20)

Negando e criticando a ideia de que a palavra “social” funciona como uma categoria que evoca caracterizações próprias e que, por si só, cristaliza e lança aspectos elucidativos aos fenômenos, Latour apresenta ao leitor uma nova perspectiva sobre o que seria o social. Essa nova maneira não caracteriza porque – o “aspecto” social – não é entendido como algo que dê especificidade, mas como “um movimento, um deslocamento, uma transformação, uma translação, um registro” (LATOURET, 2012, p.99); que qualifica e aponta, mas não estabiliza ao ponto de acarretar em generalizações prévias: é muito mais um modo de perceber os fenômenos como um sistema ainda em aberto. O dito social, para o autor, não será um subterfúgio retórico para explicitar algo, mas entendido “apenas como um movimento peculiar de reassociação e reagregação” (LATOURET, 2012, p. 25). O social passa a ter outra percepção dentro do pensamento latouriano e, então, a sociologia das associações (ou ANT) é assumida como novo horizonte teórico:

O que a ANT de Latour apresenta é um uso social no sentido daquele que se associa, que segue alguém. Dessa forma, descrever procedimentos, sejam elas quais forem, na perspectiva de uma sociologia das associações, implica em considerar que houve ali não uma causalidade previsível, mas, sim uma conexão que induz ou mobiliza uma mediação (no sentido da tradução, ou da ação assumida e transformada pelo agente) entre duas entidades. (BAUM e GONZALES, 2013, p. 153)

Assim, ao decorrer de *Reagregando o Social*, Latour conflitará o que ele denomina de sociologia do social *versus* a sua sociologia das associações. A principal marca que diferencia as duas pode ser sinteticamente percebida através da retomada latouriana (BAUM e GONZALES, 2013, p. 8) da raiz etimológica da palavra social em sua sociologia: o *socius* que se combina de diferentes formas e livremente com inúmeros atores e agrupamentos, que também envolvem humanos e não-humanos. Esse espírito do *socius*, livre e circulante, guiará o entendimento do que para o autor é o social e como ele deve ser trabalhado. Tendo em vista esta perspectiva, a nosso ver, Latour procurará fornecer elementos teóricos para que possamos apreender e caracterizar as associações entre essas duas entidades – humanas e não-humanas – que estão apartadas dentro da sociologia do social:

É sistematizado como abordar este ‘social’ que o livro se constrói. É um convite para se equipar nessa viagem investigativa dos rastros que os movimentos em associações vão deixando em marcas conceituais, unidades ontológicas, crenças e artefatos culturais, etc... que também estão em contínua dispersão para novas associações e, por conseguinte, outras ‘estabilizações’. Este social (associado) nunca se deixa aprender. Ele não é visível nem substantivado, e justamente por isso, se compõem de elementos que não podem ser chamados de elementos sociais. Pode sim, agregar elementos políticos, econômicos, físicos, biológicos, químicos, tecnológicos, linguísticos, etc... mas, nunca, elementos sociais compondo o ‘social’. O ‘social’ não se explica pelo social, o que seria uma redundância estéril. (BAUM e GONZALES, 2013, p. 150)

De diferentes maneiras ao longo do livro, o autor reintera esta perspectiva de um “social em associação” e, na medida em que os conceitos surgem, vai ganhando lastro teórico e clareza. Entretanto, diante do que foi exposto, duas perguntas anteriores são possíveis: (1) “o que é uma associação?” e, conseqüentemente, (2) “O que está sendo associado?” Afinal, essas palavras foram assumidas dentro da argumentação sem maiores explicações.

Para a primeira questão, devemos entender que associação não surge como um conceito isolado, mas em sentido relacional dentro da própria perspectiva de social – e, conseqüentemente, da sociologia das associações – descrita e buscada por Latour. Assim, a associação não é uma característica observada pontualmente pela sociologia das associações, mas uma especificidade que está dentro da própria ideia de social: “este

é o motivo pelo qual definirei o social [...] como um movimento peculiar de reassociação e reagregação” (LATOUR, 2012, p. 25). Então, se não podemos precisá-la conceitualmente, como percebê-la? Ao final da seguinte citação, Latour indica uma pista para que o pesquisador possa notar a associação em curso:

O dever deles não é estabilizar – inicialmente, quer seja por uma questão de esclarecimento, conveniência ou racionalidade – a lista, de agrupamentos que compõem o social. Bem ao contrário: *seu ponto de partida tem que ser justamente controvérsias acerca do agrupamento a que alguém pertence, incluído, é claro, as dos cientistas sociais em torno da composição do mundo social.* (LATOUR, 2012, p. 52, grifo nosso)

Encontramos, então, uma pista para percebemos as associações: as controvérsias. As controvérsias, em leitura nossa, são os rastros deixados por diferentes atores que estavam em interação. O analista deve “[...] deixar que os atores desdobrem o leque inteiro de controvérsias nas quais se meteram” (LATOUR, 2012, p. 44) para que, assim, possa perceber os movimentos de associação; essa postura faz parte da convicção latouriana de que o social é produto instável e não um movimento previsível. A premissa básica é deixar que os atores mergulhem livremente em suas próprias idiossincrasias de maneira tal que, após atenta observação, conseguiremos “rastrear relações mais sólidas e descobrir padrões mais reveladores” (LATOUR, 2012, p. 45). A síntese latourina parece ser que, se o social não é uma condição prévia, o mesmo se dá com a ação dos atores: devemos seguir a indeterminação e a imprevisibilidade de suas ações. O pesquisador poderá perceber seus rastros e apontar os movimentos associativos que ocorreram uma vez que esteja no encalço dessas ações. A associação, no final das contas, é a relação, a aproximação e a união dos atores em uma determinada dinâmica. E são eles, os atores, que determinam, fazem parte e que estão em associações.

Agora, entretanto, é importante fazer uma observação em relação sobre o que é o ator na sociologia das associações. Bruno Latour, ao criticar a sociologia do social, propõem que a sociologia saia de uma perspectiva antropocêntrica, enfatizando que a antiga noção de social é restrita “aos humanos e às sociedade modernas, esquecendo que o social é bem mais amplo que isso” (LATOUR, 2012, p. 24). Na ANT, *ator*, ao contrário do que o próprio nome possa sugerir, é humano e não-humano:

Como se já não bastasse tamanha revolução, a ANT também amplia o entendimento

do que é um ator. Para esta teoria não-essencialista, as associações envolvem não apenas humanos, mas também actantes não-humanos. Sinteticamente, um ator faz diferença na ação em andamento; é aquele (ou aquilo!) que age em função de muitos outros atores. Conforme postula Lemos (2012, p. 3-4), “Se não há relação, não há ator, não há nada. Um actante é o que modifica, transforma, o que perturba ou cria.” (PRIMO, 2012, p. 13)

A noção de actante, vinda da semiótica greimasiana¹³, nos ajuda a vislumbrar a fuga antropocêntrica que Latour propõem. Há uma tentativa de constituição de uma ontologia¹⁴ plana, que deve “considerar para análise social as ações como hierarquicamente equivalente entre humanos e não humanos e que torna aparente as diversas associações entre esses atores revelando suas redes” (LEMOS, 2012, p. 33). Ao explicar o uso dentro do campo importado, o porquê da escolha do termo para demonstrar o seu desejo de estender o sentido de figuração¹⁵ para além do homem fica evidente:

Por lidarem com ficção, os teóricos literários se sentiram mais livre em suas pesquisas sobre figuração do que qualquer cientista social, especialmente no uso da semiótica ou das várias ciências narrativas. Isso se dá, como na fábula, porque o mesmo actante pode ser levado a agir por intermédio de uma varinha mágica, um anão, um pensamento na cabeça da fada ou um cavaleiro que mata doze dragões. (LATOURE, 2012, p.87)

Ou seja, em nossa leitura, tudo pode agir e levar a agir dentro da ANT. Nessa teoria, *o homem* não será encarado como detentor de todas as ações e os objetos como passivos e inertes, muito pelo contrário: como dito por Lemos (2012) há uma rede – que já explicaremos – de ações humanas e não-humanas que revelam múltiplas associações, onde ambos podem ser atores (ou actantes). Para Latour, ator é “*qualquer coisa* que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha figuração, um actante” (LATOURE, 2012, p.108, grifo do autor). Por exemplo: supondo que o teclado do notebook no qual escrevo estivesse com as teclas “h” e “j” defeituosas,

¹³ Algirdas Julien Greimas (1917-1992), de origem lituana, ajudou a desenvolver a semiótica discursiva na França.

¹⁴ Oriunda da metafísica, a ontologia estuda a natureza do ser, da existência e da realidade.

¹⁵ No decorrer da leitura de *Reagregando o Social: uma introdução à teoria Ator-Rede* não há uma definição precisa do que seria figuração, mas a ideia que permanece é que figuração é a forma de determinada coisa/ação.

teria o modo da minha escrita alterado por conta dessa deformidade: ou deixaria de escrever palavras que contivessem as duas letras ou deveria pesquisar, dentro do meu arquivo ou na internet, essas palavras e copiá-las ao meu texto. O defeito no teclado seria um actante e, um vez ganhando forma (figuração), o teclado seria o ator que me fez agir. Há, portanto, uma relação estabelecida entre mim e o teclado, que não é de determinismo tecnológico e nem de superioridade humana frente ao problema: ambos, eu e máquina, estamos em uma relação simétrica¹⁶. Agora, como prometido, precisamos explicitar o que é uma rede e como elas são desveladas a partir das associações.

Quando falamos ou lemos o nome “Teoria Ator-Rede”, presumimos que *rede* mantém uma relação central tanto com a formulação da teoria quanto com a própria ideia de ator, já que compõem a sua nomeação e está ligado ao ator por um hífen. Como fizemos com *ator*, explicaremos *rede* de forma individualizada, para depois entendermos a “junção” *ator-rede*. Antes, uma definição preliminar de rede:

Rede, para a TAR, não é infraestrutura, mas o que é produzido na relação entre humanos e não humanos. Não estamos falando de redes de computadores, de redes sociais, de redes de esgoto... Rede é aqui um conceito dinâmico. Não é o que conecta, mas o que é gerado pelas associações. Não é algo pronto, por onde coisas passam, mas o que é produzido pela associação ou composição de atores humanos e não humanos. Rede não é estrutura, mas o que é tecido em dada associação. Quando falamos de rede, estamos falando de mobilidade. Ao olharmos o mundo, vemos redes se fazendo e se desfazendo a todo momento. O conceito de rede visa apreender algo pulsante, o que se forma e se deforma aqui e acolá pela dinâmica das relações. (LEMOS, 2013, p. 53)

Percebemos, como quando discutimos ator, que rede foge do sentido comum que evoca e que atribuímos normalmente. Não há uma estrutura física intercambiante, mas, em nossa interpretação, a evidência de um *modo* como o ator se comporta. Como explicitado na citação, a rede é dinâmica e produto das próprias associações, que são “fluxos, circulações e alianças, nas quais os atores envolvidos interferem e sofrem interferências constantes” (FREIRE, 2006, p.55). Assim, tendo em vista o conceito de associação e da não existência de uma rede física, o *modo em* rede que atribuímos

¹⁶ Em *A vida de laboratório* (1997, pág.22), Latour e Woolgar resgatam a origem da ideia de simétrico: Bloor (1978), ao falar da sociologia ou da história das ciências, diz que o contexto social e o conteúdo científico não podem estar apartados, mas juntos dentro da análise e de qualquer resposta científica.

parece emergir a partir da ação associativa, que é típica do ator latouriano. O hífen, de ator-rede, não aglutina gratuitamente duas palavras para formar uma nova, mas denota a dinâmica em que o ator latouriano está inserido. A rede, afinal, é estabelecida e só existe por conta das associações dos atores; o agir tanto determina o ator quanto deixa aparente a rede na qual está inserido. Ainda sobre aquela perspectiva, Freire (2006) acrescenta:

A utilização do hífen entre os termos ator e rede busca demarcar a intenção de seguir a circulação das entidades micro e macro, tomando “ator” e “rede” como duas faces do mesmo fenômeno. Entretanto, o par ator rede, incluindo o hífen, é para Latour insuficiente para dar conta da ação que se distribui em rede, dos processos de fabricação do mundo, por ser muitas vezes equivocadamente tomado como o par indivíduo-sociedade. *De todo modo, o que na TAR está sendo designado por “rede” refere-se muito mais ao modo de descrever esse movimento circulatório do que a caracterizar seus elementos.* (FREIRE, 2006, p. 56, grifo nosso)

A última parte da citação apresenta um importante elemento para o desencadeamento da Teoria Ator-Rede: o descrever em detrimento do caracterizar. A definição que apresentamos de rede até aqui pode ganhar uma atualização e ser encarado como, também, “*um indicador da qualidade de um texto sobre os tópicos à mão. [...] isto é, a capacidade de cada ator para induzir outros atores a fazer coisas inesperadas*” (LATOURE, 2012, p.189, grifo do autor). Esse indicador – a rede como índice – será descrito e construído através de um relato textual feito pelo analista social, realizado de maneira que desvele as associações que os atores estão envolvidos e as redes que são estabelecidas. Nesta fase, o relator deve se preocupar mais em descrever os movimentos do que buscar uma caracterização definitiva, já que o social não fecha e nem permite nenhum tipo de cristalização. O relato, também, vem da observação e não recorre a nenhum tipo de metalinguagem descritiva para explicar o fenômeno. Já que abandonamos o “aspecto social” – as adjetivações *a priori* – das coisas quando embarcamos dentro da sociologia das associações, devemos deixar os nossos relatos livres dessa marca também. Essa perspectiva de construção do relato vem da *etnometodologia*, que é “o movimento de reação contra o abuso, em sociologia, da metalinguagem que recobre o que os atores dizem e fazem na prática” (LATOURE, 1997, p. 28).

Entretanto, mesmo que o relato textual seja assumidamente construído, é

importante ressaltar que, dentro do ângulo latouriano, não há veto em assumir isso e, ao mesmo tempo, questionar a qualidade e fidedignidade do relato. Bruno Latour, inclusive, faz indicações do que seria um mau relato textual:

Num texto ruim, somente um punhado de atores serão apontados com causas dos demais, cuja função se limitará à de pano de fundo ou substituição para os fluxos de eficácia causal. Terão de gesticular para se manterem ocupados como personagens, mas não participarão do enredo, ou seja, não atuarão. Nada passa de um para outro, pois a ação apenas transita por eles. Lembremo-nos: um ator que não faz diferença não é um ator. O relato não foi produzido de forma *ad hoc* para ser *adequado exclusivamente* à descrição de atores específicos e aos olhos de determinados leitores. É padronizado, anônimo, coletivo; nele, nada acontece. Só há ali clichês surrados sobre o que foi reunido antes, no antigo social. Fez das translações meros deslocamentos, sem transformá-los. Enfim, simplesmente transportou causalidades através de meros intermediários. (LATOURE, 2012, p. 191, grifo do autor)

O mau relato textual é, em síntese, uma descrição circunscrita dentro da sociologia do social; nela, lembremos, as ações e os movimentos não estão explícitos (por vezes, são apenas adjetivos que tentam caracterizar por si só) e, em grande parte, há uma tendência em levar em conta apenas aspectos antropomórficos na leitura do arranjo social. Do lado oposto, o bom relato precisa trazer todos os elementos da sociologia das associações: o social que não carrega explicações prévias; atores (humanos e não-humanos) que agem e que, também, são influenciados e estão ligados a outros atores. Ao final, a rede (o indicador de qualidade) funciona como “uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir” (LATOURE, 2012, p. 192). Ou seja: os movimentos associativos dos atores precisam estar evidentes. Apesar de soar como um texto denso e abrangente, o bom relato não é definitivo – e nem poderia ser, já que o social nunca estabiliza – e nem exclui a possibilidade de coexistência de outros relatos. Uma vez dentro destes parâmetros, a rede poderá ser percebida através do tecido traçado pelo relato textual. Um bom exemplo de relato, em nossa leitura, pode ser encontrado em *A vida de laboratório: a produção de fatos científicos* (1997) de Bruno Latour e Steve Woolgar. No livro, os autores fazem uma grande descrição etnográfica do dia a dia de um laboratório, na qual podemos perceber a interligação dos vários nós da rede presente na atmosfera laboratorial: os equipamentos que permitem a pesquisa e estruturam o laboratório, a hierarquia e divisão do trabalho, as motivações pessoais e econômicas que rodam a pesquisa, a história e o

desenvolvimento daquilo que está sendo pesquisado. Um relato denso e intrigante, fruto de dois anos de presença constante dos pesquisadores dentro de um laboratório.

Entretanto, ainda há um elemento para ser desvelado dentro da citação escolhida. Ao criticar (2012, p. 191) a má descrição textual que petrifica o ator e o transforma em uma entidade passiva frente à ação, Latour fala que o ator “transportou causalidades através de meros intermediários.” O que, então, é um intermediário? Tanto intermediário quanto mediador são conceitos importantes dentro do pensamento latouriano, fazem parte da ideia de rede e, conseqüentemente, do próprio bojo das associações. Esses dois conceitos são definidos da seguinte forma por Latour:

Um *intermediário*, em meu léxico, é aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai. Para todos os propósitos práticos, um intermediário pode ser considerado não apenas como uma caixa-preta, mas uma caixa-preta que funciona como uma unidade, embora internamente seja feita de várias partes. Os *mediadores*, por seu turno, não podem ser contados como apenas um, eles podem valer por um, por nenhuma, por várias ou uma infinidade. O que entra neles nunca define exatamente o que sai; sua especificidade precisa ser levada em conta todas as vezes. Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam. Não importa quão *complicado* seja um intermediário, ele deve, para todos os propósitos práticos, ser considerado como uma unidade – ou nada, pois é fácil esquecê-lo. Um mediador, apesar de sua aparência simples, pode se revelar *complexo* e arrastar-nos em muitas direções que modificarão os relatos contraditórios atribuídos a seu papel. (LATOUR, 2012, p. 65, grifo do autor)

Ambas definições nos ajudam a perceber melhor a crítica elaborada por Latour na citação anterior. O intermediário não altera, apenas perpassa aquilo que vem de fora; ao contrário do ator latouriano que, uma vez associado, não ficará apático frente a qualquer estímulo: ocorrerá circulações, embates, alianças ou qualquer tipo de ação que o envolva e influencie outros, atuando, ao final, como mediador. De certa maneira, a ideia de mediador – juntamente, claro, com o conceito de social – é o campo onde a teoria latourina pavimenta o caminho que permite o desencadeamento do pensamento em atores, redes e associações. Poderemos exemplificar se voltarmos ao exemplo de uma tecnologia defeituosa: imaginemos que, desta vez, não exista acesso à internet enquanto escrevo este texto. Como qualquer texto acadêmico, preciso buscar referências bibliográficas e autores que corroborem e dialoguem com o tema proposto; com

conexão à internet, poderei pesquisar artigos e trabalhos acadêmicos e, em certa medida, incorporá-los, ampliando o meu leque de diálogos e vozes dentro do meu texto. Por outro lado, se o modem não estiver funcionando, não conseguirei alcançar esse conjunto de vozes: o computador (um mediador nato) incorporará as minhas próprias ideias, mas, por conta do modem defeituoso que restringe o meu acesso à internet, não estabelecerei ligação com outras produções que, certamente, alterariam o meu texto; se poderia estar associado de maneira ampla, com o defeito, fico um pouco restrito dentro das possibilidades associativas que antes eram previsíveis e banais quando o modem estava em seu funcionamento regular. Nesse exemplo, respectivamente, o modem tanto atuou como intermediário – sem defeitos, atuando previsivelmente e cumprido a sua única função de maneira regular – e, quando quebrado, como mediador: a imprevisibilidade do defeito gerou uma adaptação minha para um novo modo de escrita, abrindo, assim, novas possibilidades associativas.

O exemplo dado acima ainda nos pode ser útil para entendermos a noções de *sociedade* e *coletivo* cunhadas por Bruno Latour. Imaginemos que, antes de iniciar a produção textual e já tendo em vista o problema no modem, eu fosse a um técnico em informática para resolver o meu problema. Então, a falha é diagnosticada, a placa é reposta e, finalmente, posso começar a escrever o meu trabalho conectado à internet. Com o texto final em mãos, constato que precisei reunir diferentes agentes para chegar naquele estágio final: as ferramentas e o conhecimento profissional do técnico; a internet e seus motores de busca; os repositórios online de trabalhos acadêmicos; os pesquisadores que se debruçaram e escreveram sobre o mesmo tema que abordo e, também, quando escritos em outro idioma, de tradutores que converteram o texto original para o português. Enfim, para um pequeno texto acadêmico, precisei mobilizar diversas entidades, humanas e não-humanas. Ao considerar todos esses elementos, estou prontamente inscrito dentro da ANT em uma *ação coletiva*:

Aqui, a divisão aparentemente razoável entre material e social transforma-se naquilo que ofusca a pesquisa sobre como é possível uma ação *coletiva* – se, é claro, não entendermos por coletivo uma ação encetada por forças sociais homogêneas, mas, ao contrário, uma ação que arregimenta diversos tipos de forças unidas por serem diferentes. Assim, doravante, a palavra “coletivo” substituirá “sociedade”. Sociedade será apenas o conjunto de entidades já reunidas que, segundo os sociólogos do social, foram feitas de matéria social. Coletivo, por outro lado,

designará o projeto de juntar novas entidades ainda não reunidas e que, por esse motivo, obviamente não são feitas de material social. (LATOUR, 2012, p. 112)

Assim, a *sociedade* ficará com a sociologia do social homogêneo, que trata do “social composto por humanos” (atores sociais por excelência), enquanto a ANT encarará a heterogeneidade que envolve as ações e seus atores. A ideia de *coletivo*, a nosso ver, parece acompanhar a fuga proposta pelo ator latouriano (humanos e não-humanos) e acrescenta que devemos “aceitar isto: a continuidade de um curso de ação raramente consiste em conexões entre humanos [...] ou entre objetos, mas, com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras” (LATOUR, 2012, p.113). Os polos que estavam separados pela sociologia do social, como uma tradutora e um modem, serão religadas pela sociologia das associações e farão parte de um coletivo que atua.

5. Analisando o Cortejo do Dois de Julho

5.1. Primeiro trecho: entre actantes e redes

Já que dividimos a análise em duas partes e temos como pergunta chave deste trabalho *como o Cortejo do Dois de Julho do ano de 2018 pode ser lido através de um relato feito a partir da experiência de campo e interpretado através da Teoria Ator-Rede?* Preliminarmente e de maneira organizativa, poderíamos perguntar: quais são os atores da primeira etapa¹⁷ do Cortejo do Dois de Julho? Devemos lembrar que, dentro da Teoria Ator-Rede, ator é tudo aquilo que gera ação, seja humano ou não-humano e que este ator – que comporta desde sujeitos até objetos – é chamado de *actante* dentro do pensamento latouriano. A partir desse entendimento e identificando os actantes, podemos iniciar a tessitura deste modo de ler o Cortejo do Dois de Julho através da Teoria Ator-Rede.

De imediato, poderíamos afirmar que o poder público municipal é um actante: ruas são fechadas, estruturas são inseridas no espaço, equipes são mobilizadas e deslocadas para a área do festejo; enfim, a inserção da administração pública faz com que o cortejo ocorra e facilita a incorporação de novos actantes – afinal, se as ruas e avenidas por onde o cortejo passa não estivessem interditadas, os possíveis actantes não poderiam estar ali e agirem. A ação do poder público permite a ação dos demais. Assim, a sua atuação, mesmo que neste primeiro momento não tão controladora, talvez seja a mais impactante e que altera mais profundamente o programa padrão do espaço urbano. O que antes era um via urbana de função previsível, por conta do poder municipal, é transformada em palco para o festejo e em um caminho a ser percorrido para os que acompanham o cortejo – além de alterar toda a dinâmica usual dos bairros e de seus moradores. Esta subversão, ou alteração de uma função padrão, pode ser caracterizada como uma ação mediadora exercida pelo poder público: a continuidade (a função da via urbana) foi interrompida pelo mediador que se interpôs e, conseqüentemente, gerou a transformação de uma via urbana em um novo fenômeno. Para a Teoria Ator-Rede, mediadores “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os

¹⁷ Chamamos de primeira etapa o percurso que vai do largo da Igreja da Lapinha até o Terreiro de Jesus.

elementos que supostamente veiculam” (LATOURE, 2012, p. 65). Ainda que seja uma suspensão momentânea – e esperada, já que ocorre anualmente na mesma data – acreditamos que ainda seja possível caracterizá-la como mediadora, já que a premissa de alteração ainda é mantida.

Figura 06 – Rua ocupada por diversos actantes, 2017



A característica mediadora da prefeitura, em 2017, se mostrou também de outra maneira: por meio de um decreto de 2013, a Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) passou a notificar imóveis que exibissem *banners* e faixas em suas fachadas. Tal medida foi de encontro com a tradicional caracterização secular das casas que, estando dentro do circuito do cortejo, se adornavam – desde faixas até manifestações mais chamativas e extravagantes – livremente e, assim, se inseriam e construía parte do cenário da festa. A ação da secretaria logo gerou repercussão e críticas, mas, no ano seguinte, através da Fundação Gregório de Mattos, ocorreu um concurso das melhores fachadas dentro do circuito da festa; ao estabelecer uma competição, em nossa leitura, a ação de estabelecer um padrão fica mais branda e estratégica, já que induz e reforça um tipo de caracterização desejada por meio de uma premiação – e não através de notificações de órgão público. Tanto a ação de notificação quanto o concurso, ambas de intensidade diferentes, revelam diferentes frentes da ação mediadora do actante poder público.

Além de percebermos as ações do poder público, podemos notar sua associação com outros actantes para que a sua própria ação de interferência possa ocorrer:

Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), a Fundação Gregório de Mattos e as casas (e seus moradores). E mais, neste exemplo, conseguimos perceber uma conexão, a rede de ações que é formada a partir da própria associação desses três actantes tão distintos. Essa primeira rede – protagonizada, principalmente, pelo poder público – não é a única e está em relação com outros actantes e redes. As fachadas ornamentadas, a nosso ver, são actantes que transitam entre diferentes redes e que podem demonstrar estes pontos de interseção entre as diversas que redes que compõem a primeira etapa do Cortejo do Dois de Julho. Explicaremos.

Dentro da pesquisa de campo, percebemos que as caracterizações das casas poderiam ser divididas em três grupos temáticos: (1) exaltação e homenagem à independência da Bahia; (2) diálogo com pautas da política nacional; (3) visibilidade para pautas específicas – como, em 2017, o Projeto Corrisco, não sabemos se em sua sede, fixou cartazes pedindo ajuda financeira a políticos.

Figura 07 – Cartaz colocado na fachada de uma casa demolida, 2017



Os dois primeiros dialogam com actantes que atuaram percorrendo as ruas dentro do cortejo. Há, na primeira etapa da festa, diversos actantes que resgatam o espírito da independência – as estátuas do caboclo e da cabocla e pessoas caracterizadas de personagens históricos – e que, de alguma forma, estabelecem um entrelaçamento e um diálogo com as fachadas de mesma temática. Também observamos, em 2017, que

diversas casas, por exemplo, traziam cartazes e faixas com os dizeres “Fora, Temer!”¹⁸, que também era repetida por alguns movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos dentro do trajeto da festa. Dessa forma, a rede que as “casas adornadas” compõem toca a rede estabelecida pelos actantes que atuam ao longo do cortejo através de elementos em comum, ainda que materialmente distintos.

Entretanto, por conta da aproximação de actantes de redes distintas feita acima, não devemos pensar que estar associado dentro de uma mesma rede é sinônimo de homogeneidade – ou concordância – entre actantes e nem que um actante não possa estar em mais de uma rede. Dentro da Teoria Ator-Rede, inclusive, não há nenhum tipo de formulação que permita esse tipo de afirmação. As redes são encontros formados através das ações dos actantes, e não por qualquer tipo de similaridade – que, de fato, podem ocorrer, mas não são balizadores para a formação das redes. Nesta questão, os actantes que percorreram as ruas da primeira parte do cortejo podem nos ajudar a perceber este ponto: uma rede que é, essencialmente, tecida pelo antagonismo e pela diversidade de actantes e de ações.

Para provarmos e exemplificarmos este ponto, um breve panorama da composição partidária¹⁹ desta primeira parte do cortejo já seria suficiente. Entretanto, achamos, a coexistência de partidos dos mais variados segmentos políticos não relata o antagonismo – no sentido conflituoso – que pretendemos mostrar dentro de uma mesma rede, apesar de evidenciar a diversidade de actantes. Um melhor exemplo, contudo, seria o embate protagonizado por uma parte dos actantes que percorreram a primeira etapa do cortejo do ano de 2017. Nessa ocasião, um grupo que reunia militantes do Partido Novo, apoiadores do vereador Cezar Leite (PSDB) e alguns médicos – identificados como sendo da Ordem dos Médicos do Brasil (OMB) – exibiam cartazes com os dizeres “médico gosta da Lava Jato!”, “somos todos Sérgio Moro” e “em defesa

¹⁸ Campanha nacional iniciada, em 2016, quando o vice-presidente, Michel Temer, assumiu a presidência após o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

¹⁹ Na pesquisa de campo, realizada no ano de 2017, foram catalogados a presença dos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Novo (NOVO); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU); Rede Sustentabilidade (REDE); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Democratas (DEM); Partido da Mulher Brasileira (PMB); Partido Socialista Brasileiro (PSB).

da Lava Jato”. Ao externarem suas opiniões por meio dos seus cartazes, em um ambiente tão diverso, ocorreram manifestações de contrariedade em relação à pauta que apresentavam, externadas através de vaias e de gritos “Fora, Temer!”. Por ser um cortejo – que pressupõem movimento – a tensão ali estabelecida foi pontual e logo diluída, e possivelmente restabelecida novamente em algum outro momento do cortejo.

Figura 08 – Manifestantes, cartazes, camisas; 2017



Se a heterogeneidade de uma mesma rede fica visível através deste episódio, é interessante também perceber como um actante – desta vez, um objeto – foi desencadeador de uma série de novas associações. O embate entre grupos distintos ocorreu porque, em um deles, cartazes evidenciavam o posicionamento político favorável sobre a operação Lava jato e o juiz Sérgio Moro. Os cartazes, assim, funcionaram como sinalizadores e chamarizes para o debate. Além desse grupo, outros também usavam diversos recursos e objetos – todos actantes para nós – que auxiliavam na demarcação política: faixas, camisas, indumentárias, instrumentos musicais, aparelhos de som, coreografias e panfletos. Há, a nosso ver, uma imbricação de elementos humanos e não humanos na ação dos actantes; afinal, seria efetivo para um determinado grupo estar presente no cortejo se não houvesse uma camisa padronizada que os identificassem enquanto conjunto ou, ainda, cartazes e panfletos que apresentassem as pautas que defendem? Certamente, não. Tanto que organizações políticas de cunho mais tradicional (movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos) usam de seu repertório de ação de rua mais trivial para compor o cortejo –

demonstrando, também, que a rede que compõem no dia dois de julho está conectada com as outras redes que estes actantes perpassam.

Para nós, a partir daqui, uma questão podem ser levantada: existe algum actante que faça parte apenas de uma única rede? Ou seja: todo actante dentro do Cortejo do Dois de Julho estará, inevitavelmente, inserido em múltiplas redes?

5.1.1. Um emaranhado de redes

Atomizar algum actante do Cortejo do Dois de Julho para, assim, delimitar uma única rede não parece ser uma tarefa possível. Afinal, o próprio cortejo referencia um feito que está fora dele e, atualmente, pelos próprios participantes do cortejo, todos integram grupos que existem e atuam fora do festejo. Até os próprios objetos (cartazes, camisas, faixas), que estão conectados com os humanos, circulam em outras redes. Há um entrelaçamento de diferentes redes dentro do cortejo, que, com o tempo, se desfazem ou mudam – tese razoável, uma vez que o cortejo apresenta quase dois séculos de existência. Enfim, para a nossa pergunta, poderíamos responder que todos os actantes ali presentes fazem parte, sim, de outras redes; até porque a maior parte não tem no cortejo do Dois de Julho o local da sua primeira ação, um espaço de estreia como actante. Entretanto, poderíamos reformular a questão para: há algum actante que tenha se constituído como tal dentro do Cortejo do Dois de Julho e, conseqüentemente, a partir desse marco, integrado essa e outras redes?

A primeira parte do cortejo, como já mencionado, tem um maior teor político por conta dos seus participantes e, portanto, procurado por estes e outros actantes por causa dessa característica. É um momento – uma rede – de visibilidade, tanto pela cobertura midiática quanto pelos participantes que vão para observar o cortejo nessa primeira etapa. Tendo em vista isso e a questão levantada, na pesquisa de campo do ano de 2017, observamos que um actante foi criado e, enquanto actante, teve a sua primeira ação dentro do Cortejo Dois de Julho.

Em 2017, um conjunto de actantes²⁰ – Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, Associação Amigos do Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, Movimento

²⁰ Desconhecemos se esses actantes já participavam (em grupo ou individualmente) do Cortejo do Dois de Julho.

Sem Teto da Bahia (MSTB), Movimento Nosso Bairro É Dois de Julho, Coletivo da Vila Coração de Maria, Comunidade da Ladeira da Preguiça, Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) e Associação dos Moradores da Chácara de Santo Antônio – convocaram um ato intitulado “O Centro Antigo é do Povo”. A partir desse mote, a organização esperava agregar pessoas e criticar tanto o governo municipal como estadual por conta das políticas públicas voltadas para o centro da cidade de Salvador.

Figura 09 – Manifestantes e cartazes com pautas, 2017



Apesar de ser um ato (jargão político para uma manifestação em algum espaço) composto de diferentes actantes, ocorreu uma unidade a partir do mote central e, como os outros actantes participantes do cortejo ali presentes, a incorporação daquele grupo dentro do Cortejo do Dois de Julho. Os vários actantes se unificam, apesar de algumas marcas dessa diversidade ainda estivessem presentes – como faixas que continham o emblema de alguma determinada associação de moradores. Esse actante, chamado por nós de actante “O Centro Antigo é do Povo”, não existia e foi criado especificamente para ocupar a rede da primeira etapa do cortejo daquele ano. Mesmo que seus actantes internos – quase como *subactantes*²¹ de um actante maior – façam parte de outras redes e sejam pontos de ligação, a primeira ação e articulação em uma rede do actante “O Centro Antigo é do Povo” foi no cortejo do Dois de Julho do ano de 2017.

²¹ Dentro da Teoria Ator-Rede, não existe uma categoria chamada subactante, apenas existe actante. O termo foi criado e usado livremente neste trabalho.

Desconhecemos se esse actante, tal qual um partido político, teve atuação e envolvimento em outras redes que não fosse aquela e a do cortejo no ano seguinte – onde também esteve presente, mas com um novo nome que passava a ideia de junção de diferentes actantes: Articulação do Centro Antigo de Salvador.

Até aqui, todos os actantes tinham, de fato, uma concretude visível: pessoas que assistiam o festejo, grupos que debatiam política dentro do cortejo, casas, faixas, cartazes, até o poder público estava representado por suas lideranças e equipes de logística. Mais do que existirem materialmente, esses actantes agiam ou estavam presencialmente dentro do cortejo. Suas redes, inclusive, eram percebidas, arranjadas ou reorganizadas *in loco*. Mas, no cortejo do ano de 2018, um actante gerou associações inesperadas e influência sob os demais actantes sem ao menos estar presencialmente dentro do cortejo ou na cidade de Salvador. No dois de julho daquele ano, como narrado no relato, ocorreu a partida de futebol entre Brasil e México pelas oitavas de final da Copa do Mundo da Rússia. Como a primeira parte do cortejo ocorre no período da manhã até o início da tarde, e o jogo estava marcado para às 11h, notou-se – em comparação com o cortejo do ano de 2017 – que houve uma aceleração do ritmo de como cortejo era percorrido e, também em nossa percepção, até uma redução do número de participantes dentro da festa. O actante “jogo da seleção brasileira”, de fato, não estava dentro do cortejo, mas a sua ocorrência conseguiu engajar os actantes que participavam da rede do Cortejo do Dois de Julho para participarem da sua rede: a aceleração para o término e a ausência de participantes dentro da festa são indícios desta aderência. A rede que o jogo faz parte, a rede Copa do Mundo de Futebol, alcançou a rede do Cortejo do Dois de Julho e gerou novas associações nos actantes que atuam no cortejo. Além de interferência que uma rede gerou na outra, expressa nas novas ações de um grupo de actantes, as duas redes se entrelaçam, também, em outro ponto: compartilhamento do espaço.

Ao fim da primeira etapa, entre o intervalo para o reinício do cortejo na segunda etapa, todo o entorno ganha tons de uma festa de largo, já que os actantes da primeira etapa – que não participam da segunda – se aglomeram ao longo o Pelourinho. Essa característica, como no ano anterior, é preponderante na maioria dos Cortejos do Dois de Julho realizados e marca o fim da rede da primeira parte do festejo. Entretanto, naquele dia, como relatamos, a partida entre as duas seleções foi transmitida dentro de

uma das praças que compõem o Pelourinho e, devido a isso, as duas redes se misturaram dentro de um espaço que era dominado apenas pela rede do cortejo – que, no momento da transmissão do jogo, foi anulada pela convergência de todos os actantes presentes para a rede da Copa do Mundo. Além de alterar a dinâmica de associação dos actantes do cortejo e da rede da copa modificar a característica usual do Pelourinho, por conta do jogo, novos actantes – que não estavam associados à rede do Cortejo do Dois de Julho – se encontraram e dividiram o espaço com o actantes do cortejo e, em determinado momento, ocuparam a mesma rede quando ambos assistiram ao jogo da seleção. Interessante, ainda, destacar que o actante “jogo da seleção brasileira”, que está inserido no ator-rede Copa do Mundo de Futebol, conseguiu tocar a rede Cortejo do Dois de Julho por conta das diversas associações do ator-rede maior com actantes humanos e não-humanos presentes, inclusive, dentro do Pelourinho, como projetores e televisões que transmitiam o jogo naquele dia.

5.2. Segundo trecho: uma rede estável

Diferente da primeira etapa do cortejo, onde a instabilidade é maior, no segundo momento há uma previsibilidade das ações dos actantes e da formação das redes. Se antes o tom do cortejo era político – com sua imprevisível e incontrolável diversidade de actantes, embates e pautas – agora há uma homogeneização típica de parada militar: escolas militares, forças armadas, escoteiros e bandas de fanfarra. A característica de ser um momento ordenado e estável, percebido e descrito no relato de campo, leva o nosso texto a estabelecer comparações quase que inevitáveis com o primeiro momento do Cortejo do Dois de Julho: por ser mais rico em actantes, redes, associações e controvérsias, conseqüentemente, geram mais desdobramentos que podem ser convertidos em análise. Inicialmente, julgamos interessante perceber a transição entre estas duas redes através de um actante que se colocou no limiar delas: o ativista pró-intervenção militar.

Figura 10 – Desfile da Polícia Militar, 2017



Apresentado no relato de campo, o actante pró-intervenção militar – que não identificamos se havia participado da primeira parte do cortejo ou se apenas estava parado na Praça Thomé de Souza – interagia com o público que esperava o início da segunda etapa e com os actantes da primeira parte do festejo que por ali circulavam. Apesar de defender uma intervenção das forças armadas no poder executivo brasileiro e, de alguma forma, referenciar os actantes que participam da segunda parte do cortejo, o actante pró-intervenção militar não pôde e nem poderia participar do segundo momento efetivamente: com actantes selecionados e pré-estabelecidos, não há espaço para actantes que não sejam os próprios militares e seus correlatos. E ainda: esses mesmos actantes não apresentam “voz reivindicatória” ou estão livres para tecer associações durante o cortejo, apenas desfilam ao longo do trajeto estabelecido.

O ativista pró-intervenção militar (levantando como hipótese a sua não participação na primeira parte do cortejo²²) se coloca na interseção das duas redes, exalta os actantes da segunda parte, mas usa da espontaneidade e livre associação que apenas o primeiro momento garante. A transição entre as duas redes pode ser sintetizada pela perda da espontaneidade, seja ela pela incorporação de novos actantes, sobreposição de redes e até as mais livres e inesperadas associações. Ou de outra maneira: o ativista pró-

²² Em ambos trabalhos de campo, dos anos de 2017 e de 2018, não foram mapeados actantes que apresentassem a pauta da intervenção militar dentro do Cortejo do Dois de Julho. Apenas foram identificados grupos que o faziam no intervalo entre o término da primeira etapa e o início da segunda parte do cortejo.

intervenção militar fica na fronteira entre as duas redes porque ele, o actante inesperado que está fora da rede pré-estabelecida, é um actante externo que não pode ser comportado por aquela rede e, conjecturamos, também sofreria uma constante oposição na primeira parte do cortejo; e ali, no limiar entre as duas redes, especulamos que seja o ponto mais próximo que o actante possa chegar da rede desejada.

Após esta breve exposição, entretanto, caberia uma questão: seriam os actantes do segundo momento, de fato, actantes? Afinal, a parada militar – estável e previsível – reúne atores latourianos que geram ação em outros atores? Se sim, quais são as ações desdobradas a partir desses actantes?

Para esse conjunto de questões, temos que, levando em conta o próprio fenômeno e a forma como a análise está sendo realizada, fazer uma pequena observação para avançarmos. Se feita de qualquer maneira a comparação entre as duas etapas do cortejo, podemos chegar a conclusões precipitadas ou viciadas. Certamente, a primeira parte do festejo é um reduto abundante de associações e um nó de encontro de diferentes redes, singularidade que não deve ser encarada e posta como uma escala ideal; caso isso ocorra, o analista pode enviesar seu olhar para o segundo momento do cortejo e perder suas nuances. A comparação, como pontuamos inicialmente, pode ser útil apenas para desvelar melhor aquilo que analisamos. Seguiremos com este método.

Para percebermos as associações e ações geradas pelos actantes da segunda etapa, dois elementos devem ser elencados: o espaço e, como já parcialmente apresentado, os actantes que atuam na última etapa. Esses dois tópicos nos são úteis para percebermos os atores da segunda parte como atores que geram ações. O primeiro aspecto difere bastante nos dois percursos do cortejo: se o festejo inicia seu trajeto atravessando bairros residenciais e densamente populosos (como o bairro da Liberdade), agora, o seu percurso percorre um pequeno trecho do corredor comercial da Avenida Sete de Setembro – que tangência bairros²³ e que apresenta alguns remanescentes prédios residenciais, mas, por conta da característica comercial, não tem a mesma concentração de moradias da primeira parte. Essa característica, por exemplo, gera novas especificidades, que resultam em tipos associações diferentes das casas do

²³ Dentro do percurso do Cortejo do Dois de Julho, a avenida perpassa os bairros da Barroquinha, Barris e Politeama.

entorno em comparação ao primeiro momento: aqui, não observamos casas caracterizadas, apenas vemos moradores que observavam o cortejo das sacadas e janelas dos seus apartamentos. Apesar de não ocorrer o adorno, os actantes que protagonizam o cortejo nesse momento – nosso segundo elemento – conseguem engajar essas e outras pessoas, que observam no nível da calçada, a participarem do Cortejo do Dois de Julho.

Além de atraírem pessoas, esses actantes conseguem, e talvez esta seja a ação que gera mais desdobramentos, agir sobre o próprio poder público que organiza o festejo. Até aqui, descrevemos a última parte do cortejo como estável e programada pelo poder público, mas omitimos como os próprios actantes desta segunda parte participam ativamente desse processo: assim como os movimentos sociais e partidos políticos, os militares – também inclusas as bandas, as escolas militares e os escoteiros – também apresentam um repertório de ação para desfiles em festas comemorativas. Esse *modo de estar*, a maneira como esses actantes se associam especificamente dentro desta e outras redes semelhantes, impõem ao poder público que tome uma série de ações levando em conta essas características: em desfiles militares, por exemplo, a coexistência de actantes que quebrem a sua homogeneidade de alguma forma, sejam eles antagônicos (como ativistas antimilitaristas) ou que proponham uma agenda (como o já apresentado actante ativista pró-intervenção militar) não serão suportados; o actante que organiza esta rede, o poder público, precisa levar em conta essas características se quiser garantir que os militares participem da segunda parte do Cortejo do Dois de Julho.

Figura 11 – Desfile do Colégio da Polícia Militar, 2017



Então, se antes percebíamos a estabilidade e previsibilidade como características que empobreciam o fenômeno, agora, vemos que essas duas particularidades são geradas pela forma específica como os actantes se associam e condicionam a rede, fazendo com que o actante poder público se adapte e organize a rede tendo em vista as formas específicas de associação. Como pontuamos, essa dinâmica descrita – levantada aqui como hipótese – é percebida quando desvinculamos a primeira parte do cortejo como parâmetro que guia a análise. Concluimos, assim, que os actantes do segundo momento do festejo são, sem dúvidas, actantes que agem e geram ação.

5.3. A cidade como uma grande rede

Pensar o Cortejo do Dois de Julho, ainda que apenas entre seus actantes e redes, parece revelar um desdobramento quase que inesgotável: mesmo sendo mapeáveis, as redes que cruzam o festejo lançam mais atores – que, por sua vez, inserem mais redes – e, assim, mais complexidade e adensamento. Então, até onde ir com a análise? É possível abrir, desdobrar totalmente, este grande tecido cultural para que se veja o todo?

A nosso ver, talvez, não haja “o tecido”, mas incontáveis. Se a primeira parte do cortejo é formada pelo carácter dinâmico, pouco, ou até mesmo nada, possamos garantir uma continuidade ou permanência longa; mesmo que vejamos determinadas marcas que permanecem – como o secular caracterizar das fachadas e casas – há uma mutação anual de tudo que circunda o cortejo: as casas, os bairros, os actantes, as redes, as controvérsias e as associações. Parece que o aspecto cultural do cortejo, assim como a ideia “social” de Bruno Latour, nunca estabiliza e, conseqüentemente, não gera uma generalização definitiva sobre o carácter do Cortejo do Dois de Julho²⁴. Acreditamos que o analista social, uma vez debruçado sobre o cortejo, seja sempre impelido para uma pesquisa de campo, se assim queira flagrar o “cortejo atual”. Parece que este grande tecido cultural não estabiliza, mas aumenta sua métrica de forma aleatória. Entretanto, se não podemos desdobrar todo o tecido, o que fazer? A nosso ver, dois caminhos são possíveis: (1) delimitar o momento e até onde se quer chegar com a análise e (2) procurar entender a natureza mutável do cortejo. Para a continuidade deste texto, desenvolveremos o segundo aspecto.

A mutação, que agrega tanto os actantes quanto as redes, não pode ser pensada apenas circunscrita em alguma parte do Cortejo do Dois de Julho. Dessa forma, como fizemos até aqui, apenas transportamos causalidades: um actante que, influenciado por outra rede ou actante externo, assume um novo comportamento e, conseqüentemente, gera um fato novo dentro do cortejo. Em parte, esse raciocínio está correto, mas, se queremos entender a mutação, precisamos ser mais que pontuais na análise; precisamos

²⁴ Com esta afirmação, não negamos a possibilidade do estudo historiográfico sobre o Cortejo do Dois de Julho. Afirmamos, apenas, a impossibilidade de uma generalização conclusiva sobre um objeto que está em constante e imprevisível mudança.

reunir, novamente, todos os actantes e quebrar a percepção de uma causalidade linear das ações. Para isso, acreditamos, devemos executar um distanciamento do próprio cortejo, quebrar a sua centralidade na análise e entendê-lo como constituinte de uma rede maior: a cidade.

A cidade, de fato, não agiu como actante que *criou* o Cortejo do Dois de Julho, mas como uma rede que o englobou. É dentro dela que todos os actantes que estão presentes dentro do cortejo circulam e, também, é a rede que comporta outras redes. Esta última característica é fundamental: a cidade, uma grande rede, absorve e incorpora diferentes actantes e redes. Os diversos actantes, em circulação livre na rede mais ampla, escolhem – levantado aqui como hipótese – as diversas redes menores que irão compor e participar. Aqui, acreditamos, é onde a causalidade pontual que queremos banir é quebrada: se os actantes estão em circulação – participando de outras redes e, constantemente, se renovando –, então, a mudança do cortejo não é uma característica pontual, mas algo que acompanha a própria dinâmica interna de circulação dos actantes. O movimento, a mutação, do tecido cultural é esperado, já que, sendo o Cortejo do Dois de Julho uma rede de ocorrência anual, marcas das diversas novas associações que os actantes fizeram ao longo de um ano aparecerão dentro do cortejo: tanto o actante partido político quanto o actante movimento social estarão diferentes, por exemplo. A mudança do tecido cultural acompanha o movimento dos actantes em circulação e associação. Julgamos que esta dinâmica de mutação seja mais perceptível dentro da primeira parte do cortejo, uma vez que, diferente da segunda etapa, não há um modo específico de como as associações devam ocorrer. Para que ocorra uma mutação dentro da etapa final do cortejo haverá, necessariamente, uma anuência ou desejo por parte dos actantes que protagonizam essa parte do festejo ou, saindo do eixo dos actantes que desfilam, novas associações sejam propostas pelos actantes que assistem ao desfile. Ou, ainda, de maneira menos provável, se o poder público (actante que organizar o cortejo) resolvesse alterar a atual configuração da segunda etapa e deslocasse os atuais actantes que desfilam.

Ainda que façamos o exercício hipotético de previsão, não conseguiremos dar exatidão de como será esse processo. Entretanto, talvez, o histórico e o movimento das novas associações em curso possam ser percebidos e explorados dentro do relato, à moda de Bruno Latour. O relato – este pequeno laboratório onde o analista social constrói e

experimenta – consegue reunir e articular todos os elementos presentes dentro do Cortejo do Dois de Julho e servir como um indicador da dinâmica do que estamos chamando aqui de mutação.

6. Considerações finais

Analisar o Cortejo do Dois de Julho, manifestação cultural centenária da cidade de Salvador, é uma atividade que exigiu delimitação e organização. Para tanto, delimitamos como foco os cortejos realizados nos anos de 2017 e 2018 e, para sua análise, definimos a Teoria Ator-Rede – postulada por Bruno Latour – como eixo teórico. Assim, a partir de aspectos observados na experiência de campo, relatamos e enxergamos o Cortejo do Dois de Julho a partir da formulação latourina.

Entretanto, antes de atingirmos esse estágio final, foi preciso organizar a relação entre aspectos da teoria e do fenômeno escolhido: demonstramos que um mesmo actante pode circular em diferentes redes; que existe uma heterogeneidade de actantes presentes em uma mesma rede; que, dentro do Cortejo do Dois de Julho, os actantes nunca estão circunscritos em apenas uma única rede e que é possível a criação de novas redes a partir do próprio cortejo. Estes aspectos foram demonstrados porque resgatamos os diversos actantes, redes e associações que foram observadas no cortejo daquele ano: o actante poder público que, associado com os actantes órgãos públicos, interferiu – primeiro notificando e, depois, por meio de um concurso – na rede estabelecida pelos actantes casas, que faziam parte, também, da rede dos actantes que percorriam o cortejo. Desses últimos, relatamos a heterogeneidade de sua rede através de um embate ocorrido por conta de opiniões políticas opostas, já que, fora da rede cortejo, estão em redes distintas. A partir desse evento, também, percebemos como o actante cartaz (um objeto) havia desencadeado o conflito e, além disso, como os actantes humanos estavam associados aos actantes não-humanos de maneira latente. E, através do actante “o centro é antigo é do povo”, formado por um conjunto de actantes, vimos que é possível que um actante se forme e tenha o Cortejo do Dois de Julho como sua primeira rede atuação.

Analisando a segunda etapa do Cortejo do Dois de Julho, percebemos que tanto a rede quanto os actantes diferem substancialmente da primeira parte: com a mudança de espaço, agora dentro de uma área comercial da cidade, novos tipos de associações são formadas a partir da saída da zona residencial de onde o cortejo inicia; os actantes que formam esta parte da rede já estão estabelecidos e, por conta da sua forma específica de associação, condicionam a atuação do actante que organiza a rede da

segunda etapa do cortejo – mostrando que, mesmo mais estável e previsível do que a primeira parte, também é uma rede que comporta actantes que influencia a rede e outros atores a agirem.

Por fim, recuamos e fizemos uma análise deslocando o Cortejo do Dois de Julho da perspectiva central para, enfim, vê-lo como constituinte de uma rede maior, a cidade, que abarca em seu bojo o próprio cortejo e todos os seus actantes. Neste recuo analítico, percebemos o quão desafiador é estudar um elemento cultural diverso e em constate mutação. Mas uma vez entendido que o cortejo está inserido em uma rede ampla e que seus actantes circulam em outras redes, percebemos que o relato – importante elemento dentro da teoria latouriana – é uma tentativa de desdobramento pontual importante do tecido cultural e que a cidade é o elemento que reúne, envolve e promove a mutação do Cortejo do Dois de Julho, já que é dentro dela que qualquer actante circulará e realizará novas associações.

Se chegamos a estas conclusões, também percebemos os equívocos que cometemos e os erros oriundos durante o percurso desta monografia, especialmente ao fazer aquilo que a Teoria Ator-Rede pretende evitar: compartimentalizar o fenômeno, que fica perceptível quando intitulamos uma parte histórica e, a mais grave, quando fazemos um relato sem a TAR. Basicamente, além de dividirmos o que era pra estar reunido, passamos por essas duas partes sem tratar do conjunto teórico no qual nos apoiamos e anunciamos que trabalharíamos.

Por conta dessa separação, por exemplo, refazemos o percurso do “relato puro” dentro do momento da análise (já com a TAR) remobilizando aquilo que já foi dito pelo viés da teoria. Mesmo dito na introdução o porquê desta separação e da opção em mantê-la, ocorre uma repetição que, em alguma medida, caracteriza um modo de trabalhar não tão próprio à Teoria Ator-Rede. Esta opção metodológica pouco latouriana é, sem dúvida, um ponto fraco do trabalho, mas ratificamos o que foi apresentado na introdução: a aproximação (já que vínhamos de outro campo) gradual com o pensamento latouriano – e seu inevitável desafio – deixou marcas ao longo do texto, como a compartimentalização inicial do trabalho, de modo que, latourianamente, também seria incoerente apagar estas marcas de um processo de pesquisa, pois mostrar o resultado final escondendo as processualidades, ainda que erráticas, seria igualmente um erro

metodológico inconsistente com a TAR e com a proposta de Bruno Latour.

Talvez, e isso não fica explícito na monografia, mas um leitor mais experiente do trabalho de Bruno Latour poderia perceber, este trabalho seja uma primeira tentativa de articular a TAR com o Cortejo do Dois de Julho. Um processo ainda em aberto para aperfeiçoamento.

Referências

BAUM, C. ; GONZALES, Z. K. ; Desdobrando a Teoria Ator-Rede: *Reagregado o Social* no trabalho de Bruno Latour. **Polis e Psique**, vol. 03, n. 01, p. 142 – 157, 2013.

FREIRE, L. L. **Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica**. *Comum*, n.11, v. 26, p. 46 – 65, Rio de Janeiro, janeiro/junho 2006.

LATOUR, B. ; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção de fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio sobre antropologia semétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria Ator-Rede**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba); Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração (Edusc), 2012.

LATOUR, B. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração (Edusc),2002.

LEMO, A. **A Comunicação das coisas. Internet das Coisas e Teoria Ator-Rede: etiquetas de radiofrequência em uniformes escolares em na Bahia**. In: *SimSocial*. Salvador, 2012.

LEMO, A. **Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede**. *Galáxia*, n. 25, p. 52 – 65, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2013.

MARTINEZ, S. **2 de Julho: A festa é história**. Salvador: Selo Editorial da Fundação Gregório de Mattos, 2000.

NAKAGAWA, R.M.O. **O texto cultural “Minhocão”**: semiose e política. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, SP: 2016. Disponível em: <portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2598-2.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2019.

PRIMO, A. O que há de social nas mídias sociais. Reflexões a partir da Teoria Ator-

Rede. **Contemporânea**, vol. 10, n. 03, p. 618-641, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, set – dez 2012.

SANTANA, Mariely Cabral de; TRINDADE-SERRA, Ordep José; CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes. **Patrimônio material e imaterial do cortejo do Dois de Julho**, Apostilas do IPAC, n. 03, 30 p., Salvador, Bahia, 2012.

SATAELLA, L.;CARDOSO, T. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. **Matrizes**, vol. 9, núm.1, p. 167-185, Universidade de São Paulo, São Paulo, janeiro-fevereiro, 2015.

STANG, A.F. Estratégias para uma Cartografia de Controvérsias “Culturais”: o caso dos rolezinhos nos jornais e redes digitais. **revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Paulo, vol. 18, nº 2, p. 180 – 193, 2016.

KRAAY, H. Entre o Brasil e a Bahia: As comemorações do Dois de Julho em Salvador. **Afro-Ásia**, núm. 23, p. 47 – 85, Universidade Federal da Bahia, 1999.

Anexo A – Trajeto do atual Cortejo do Dois de Julho

CIRCUITO 2 DE JULHO

LARGO DA LAPINHA - CAMPO GRANDE

